

PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 48 - 2008



"A Hora da Controvérsia" / Dueceira

Em Destaque

Solidariedades e Cidadania



Dueceira

Entre LOusã e Zêzere

P 12 Um fim-de-semana nas Terras de Entre Lousã e Zêzere

P 4 e 5 Entrevista a Edmundo Martinho

P 13 Capital Social e Criação de Emprego na Europa Rural

P 14 e 15 Cooperar em Português

Caro Francisco Botelho

Estou a mandar-lhe uma carta porque me apetece. Não sei se a vai receber ou se alguma recebeu ou receberá. Mas apeteceu-me ser como o Francisco, e por isso como me apeteceu mando. Era precisamente para mim esta a sua mais notável característica. A forma como se dedicava às suas ideias e como as defendia e escrevia. Muitas vezes remava com vento contra, e provavelmente, como um bom lusitano, terá descoberto as suas melhores verdades navegando à bolina. Lembro igualmente a inteligência e charme com que nos brindava numa simples conversa de café ou quando escrevia para o nosso Jornal Pessoas e Lugares.

Enfim, meu caro Francisco Botelho, tenho que terminar porque o seu conselho editorial não me dá mais espaço. Acho que vou ter saudades suas, mas não me despeço sem antes lhe dizer uma coisa que consigo aprendi -“não te convenças de que a tua verdade possa ser encontrada por qualquer outro”. Bom conselho meu caro, assim a vida faz mais sentido. Um forte abraço.

Rui Batista



Nasceu em Moçambique em 1950 (tinha pois terminado de fazer 58 anos), mas foi Ribeira de Pena (município de Trás-os-Montes, em Portugal), onde se localizava a casa ancestral de sua família que assumiu como sua terra do coração.

Especialista nos estudos do escritor clássico Camilo Castelo Branco, a ele se deve o Roteiro Camiliano em Terras de Ribeira de Pena, as Tertúlias e os Jantares Camilianos.

Colaborou, desde sempre, com o município de Ribeira de Pena enquanto assessor da Cultura e do Turismo. Homem de muito conhecimento e cultura foi na área do Desenvolvimento Local que encontrou a sua expressão. Acompanhou o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER I, LEADER II e LEADER+, tendo sido coordenador da Associação de Desenvolvimento PROBASTO, co-responsável pela Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, jornalista e elemento do Conselho Editorial do Jornal da Rede Portuguesa LEADER+ Pessoas e Lugares.

Foi fundador do Jornal os Ecos da Ribeira e editou a newsletter electrónica Ribeira de Pena on line.

Autor de inúmeros estudos e trabalhos de investigação. Assessor de projectos de desenvolvimento e cooperação, foi ele o verdadeiro mentor do Projecto de Cooperação Transnacional Cooperar em Português, no seio do qual se realizaram protocolos de cooperação com o Brasil, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde e duas edições do Fórum de Desenvolvimento Local em Língua Portuguesa.

Essencialmente, um homem culto, poeta, sonhador, com visão e muito humano.

Faleceu a 3 de Fevereiro de 2008 na Lousã, após doença prolongada.

O papel do Instituto da Segurança Social

A missão do Instituto da Segurança Social (ISS) é a gestão dos regimes da segurança social, mas a sua Visão pretende ir mais longe e garantir a protecção e integração social dos cidadãos.

Cobrindo todo o território nacional, a segurança social cobre também todas as fases da vida do cidadão. Seja na forma de contribuinte ou beneficiário, através do nascimento ou mesmo na morte, a segurança social está presente, podendo mesmo considerar-se como a instituição mais transversal a toda a sociedade.

A sua abrangência acarreta por si uma grande responsabilidade e pressupõe um árduo trabalho para a conquista dos objectivos definidos.

Esses objectivos passam em primeiro lugar pela promoção de uma cultura de cumprimento contributivo. A plena cidadania é o reconhecimento dos direitos, mas também dos deveres. É fundamental a consciencialização colectiva da importância e necessidade de todos contribuírmos para o bem comum, pois só assim o sistema tem capacidade de prestar as respostas necessárias a todos os cidadãos.

Mas também reconhecemos que se o cumprimento contributivo é vital para o bom desempenho do sistema, é necessário também proporcionar em troca um serviço de rigor e qualidade. Melhorar o desempenho das prestações, assegurando por exemplo, que as prestações substitutivas do rendimento de trabalho, como o subsídio de doença ou de desemprego, sejam pagas em tempo útil, não havendo assim períodos sem qualquer rendimento, foi um dos objectivos a que nos propusemos, e onde os resultados alcançados são excelentes.

O reforço da protecção social, com especial ênfase na solidariedade, é um outro objectivo e uma das centralidades do ISS. O trabalho feito nas diversas áreas de actuação tem sido bastante intenso e significativo: nas crianças e jovens em risco, agilizando a adopção e promovendo a desinstitucionalização; no incentivo e apoio às famílias, através da majoração do abono de família nos primeiros anos de vida das crianças e do novo subsídio pré-natal atribuído à grávida a partir das 13 semanas; no alargamento significativo da rede de equipamentos sociais com um investimento para este efeito sem paralelo; na qualificação das respostas sociais; no combate à pobreza dos mais idosos através do Complemento Solidário para Idosos, reconhecendo que este será porventura o grupo mais vulnerável e incapaz de resolver através do trabalho a situação de pobreza em que se encontra.

A chave para o alcance dos objectivos a que nos propomos, sobretudo no campo da protecção social, passa por uma política de proximidade com o cidadão. É necessário chegar às pessoas, dar-lhes a conhecer os seus direitos, as soluções que existem para os seus problemas. A segurança social tem de ir ao seu encontro. Para isso contamos com uma rede de 352 serviços de atendimento permanente, mas também com outras formas de contacto como as carrinhas móveis de atendimento que chegam a zonas mais inacessíveis e longe dos centros urbanos, ou através de acordos com instituições que localmente acompanham as populações.

A Cidadania e a Solidariedade regem o trabalho desenvolvido pelo Instituto da Segurança Social, mas regem também a própria sociedade, pelo que os ganhos que obtemos e o sucesso que alcançamos são colectivos, são fruto do esforço de todos e de cada um de nós.

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, I.P.



Paula Matos dos Santos



Paula Matos dos Santos

Entrevista a Edmundo Martinho

“Temos a obrigação de acautelar a qualidade nos serviços prestados”

Edmundo Martinho é presidente do Instituto da Segurança Social (ISS) desde Maio de 2005. O maior organismo da Administração Pública, criado em 2001, que desenvolve a sua actividade em todo o território nacional através dos 18 Centros Distritais, Centro Nacional de Pensões e Centro de Protecção Contra os Riscos Profissionais. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Edmundo Martinho é também presidente do Conselho Nacional de Segurança Social e da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção. Em entrevista ao “Pessoas e Lugares” Edmundo Martinho sublinha os resultados já alcançados no âmbito do programa PARES e defende que, em termos de respostas sociais, os grandes centros urbanos estão hoje mais desprotegidos do que as zonas rurais, onde os mecanismos de solidariedade estão mais presentes.

Em Portugal, o Estado nunca se assumiu como o prestador directo de cuidados na área social. Porquê?

Porque sempre se entendeu, e bem, do meu ponto de vista, que a prestação de cuidados aos cidadãos e às famílias ganha se for exercida num ambiente de grande proximidade com os territórios. E, obviamente, essa proximidade consegue-se mais por via das entidades locais do que propriamente por serviços públicos. Tem havido aqui uma responsabilidade conjugada, entre o Estado, que não paga a totalidade dos custos destas instituições, as comunidades e as próprias populações. E é esta responsabilidade conjugada que permite dizer que a solução mais adequada a este tipo de respostas em termos globais seja assegurada por instituições sem fins lucrativos que nascem, vivem e desenvolvem com esse objectivo.

Instituições que o Estado apoia na prossecução dos objectivos da Segurança Social?

Exactamente. O nosso principal papel é apoiar as instituições que têm respostas sociais através de acordos de cooperação que permitem financiar o seu funcionamento. Cabe às instituições a gestão dos equi-

pamentos sociais e assegurar o acesso das pessoas aos mesmos. Há uma relação permanente entre a Segurança Social e as instituições no sentido de dizer quais são as frequências reais, se são ou não inferiores àquelas que estão acordadas, e os pagamentos são feitos em função dessas frequências. Entende-se que a Segurança Social deve ser o suporte destas instituições, não apenas do ponto de vista legal e normativo mas também de funcionamento. Lateralmente, temos vindo também ao longo dos anos a apoiar a construção de novos equipamentos sociais. Aliás, está em curso um programa chamado PARES [Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais] destinado a estas instituições e que visa financiar a construção de novas respostas sociais. A partir do momento em que esses novos equipamentos estejam prontos, nós asseguramos o financiamento do funcionamento.

A tendência é para que se mantenha este modelo ou poderá ser alterado?

Tem de ser alterado. Aliás, já está no programa do Governo a alteração a este modelo que está em vigor. O que estamos a pensar fazer é alterar o modo como o Estado se relaciona com as instituições sem pôr em causa este princípio que há aqui de responsabilidade financiadora deste tipo de resposta, valorizando os aspectos que permitam que não haja dificuldades no acesso aos equipamentos pelas famílias por razões de natureza financeira. Isso é que é preciso valorizar. E isso valoriza-se mais, do nosso ponto de vista, com um modelo que parta das condições concretas daquela pessoa ou família. Nós hoje contratualizamos vagas nos equipamentos e o que queremos passar a fazer é contratualizar a prestação do serviço em função da condição concreta do beneficiário ou da família. Ou seja, em termos práticos, em vez de pagar o mesmo por todas as vagas que tenho contratualizadas pagaremos conforme os rendimentos da pessoa ou família. Este é o caminho a seguir para evitar aquilo que se chama de selecção negativa ou selecção adversa da utilização deste tipo equipamento.



Paula Matos dos Santos

A prestação de cuidados aos cidadãos ganha se for exercida num ambiente de grande proximidade com os territórios.

Nas duas fases do PARES conseguiu-se quase duplicar o investimento público por via da adesão das IPSS ou outras entidades equiparadas, valorizando a participação das próprias instituições.



Quer dizer que o Estado reconhece e valoriza o trabalho destas instituições, designadamente as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social)?

Sem dúvida. Desde logo a Constituição reconhece. Depois, as sucessivas leis de bases da Segurança Social sempre preservaram esse papel essencial das instituições sem fins lucrativos no exercício da acção social, nomeadamente na que é assegurada através de equipamentos sociais. Das quatro mil e tal IPSS que existem, mantemos um relacionamento permanente com cerca de três mil, com as quais temos acordos de cooperação. Se há coisa que é valorizada neste ministério [Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social] é o trabalho das IPSS. Agora há uma coisa que é verdade: nós, Segurança Social, temos a obrigação de acautelar que os serviços que são prestados são-no em boas condições e cada vez com mais qualidade. E isto nem sempre é coincidente com as intervenções das instituições. Nós temos limites financeiros e dentro desses limites temos de agir de acordo com prioridades. Mas, independentemente do tipo de queixas que possa haver, o relacionamento entre a Segurança Social e as instituições é globalmente muito positivo.

O PARES vem, assim, reforçar a relação do Estado com as IPSS?

Até aqui, nós tínhamos um modelo de financiamento à construção que assentava basicamente no PIDDAC [Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central] e que era muito pouco eficaz, porque estava dependente das variações dos orçamentos do Estado e não tinha regras transparentes de acesso. Este governo entendeu criar um programa com financiamento nacional que abre candidaturas para as valências que o governo considera prioritárias. E isto só está aberto às IPSS que se candidatam, apresentando os seus projectos e que são avaliados em função de vários critérios. Um dos critérios tem a ver com as taxas de cobertura para que esta seja o mais equilibrada possível no país. Outro critério é a participação do autofinanciamento, isto é a capacidade de financiamento da instituição; quanto maior for o autofinanciamento maior é a probabilidade de o projecto ser aprovado. E por isso conseguimos, nas duas fases do PARES (2006-2007), uma implicação financeira à volta dos 200 milhões de euros e um investimento global na ordem dos 400 milhões de euros. Ou seja, conseguiu-se quase duplicar o investimento público por via deste mecanismo da adesão das entidades privadas, sejam IPSS ou outras entidades equiparadas, valorizando a participação das próprias instituições.

Pretende-se assim também combater os desequilíbrios ao nível da oferta e procura?

No limite, é verdade que temos uma oferta inferior à procura em termos de respostas sociais no seu conjunto, mas também não podemos ter a percepção do país ter uma cobertura integral de todas as soluções patrocinadas e financiadas pelo Estado. O que temos de ter é objectivos. Ou seja, temos de saber que cobertura pretendemos para o país. Em relação às creches, por exemplo, que foi claramente a prioridade número um, esse objectivo foi consensualizado em termos europeus na cimeira de

Barcelona em 2001 e que aponta para que os Estados-membros tenham pelo menos 33 por cento das suas crianças cobertas com lugares em creches. Em 2009 teremos concerteza o país com uma taxa de cobertura na ordem desse valor em termos médios. Portanto, é este esforço que o PARES também faz; para além do esforço de financiamento global, valoriza os territórios com taxas de cobertura mais baixas para tentar igualizar as coberturas no país.

Mas não há ainda um forte desequilíbrio em termos rurais/urbanos?

Ainda mas já não é bem assim. Hoje, do ponto de vista das respostas sociais as grandes zonas urbanas estão mais desprotegidas por força de várias razões, fundamentalmente uma que tem a ver, quanto a mim, com a capacidade de mobilização local. É mais fácil numa zona do interior rural que a população se mobilize para fazer força no sentido de se construir uma determinada resposta social do que nos grandes centros urbanos onde a vida é muito mais dispersa e os mecanismos de solidariedade estão menos presentes em termos colectivos. Tal tem contribuído de alguma forma para que os distritos do interior tenham, por exemplo, lares de idosos com uma cobertura muito superior aos dos distritos do litoral. E ainda bem que assim é mas temos de ser capazes de introduzir alguns factores de equilíbrio e é isso que o PARES também procura fazer.

As Associações de Desenvolvimento Local têm procurado também introduzir algum equilíbrio ao nível das respostas sociais nos territórios onde actuem, apoiando projectos protagonizados na sua maioria por IPSS. Como vê o papel destas entidades na área social?

Têm um papel muito importante, não há dúvida nenhuma, mas poderiam ter ainda mais ao nível da rentabilização dos recursos. Isto é, a par de outros mecanismos que estão disponíveis nos territórios, como os que têm a ver com a Rede Social, estas entidades podem assegurar que se faz uma leitura que não é excessivamente centrada num microterritório ou numa instituição. Isto é, uma leitura um pouco mais abrangente no sentido de um determinado projecto poder dinamizar territórios adjacentes. Entendemos cada vez mais que os recursos que temos têm de ser muito bem rentabilizados e isto significa que têm de existir entidades que possam e saibam fazer este trabalho porque a nossa tendência para o localismo é muito grande. A tendência de se dizer se nesta freguesia há um lar de idosos na freguesia ao lado também tem de haver e às tantas temos o país pulverizado de respostas, algumas com capacidade de ser melhor rentabilizadas. Este tipo de entidades supraterritoriais, no sentido que abrangem territórios mais latos, podem e devem ter esse papel de encontrar soluções de conjunto para os problemas; que tipo de resposta social é necessária, qual será a melhor localização para servir toda a população... Esta preocupação de diagnóstico e gestão dos recursos pode ser, do meu ponto de vista, uma grande mais-valia para este tipo de associações.

Entrevista de Paula Matos dos Santos

Entre Lousã e Zêzere

Região Solidária

Caminhamos para os 14 anos de existência e, mais do que nunca, certificamo-nos que toda a estratégia do território passa pela valorização dos recursos locais, promovendo o desenvolvimento de uma forma global, abrangente, transversal e sustentável.

Sabemos que o nosso território tem potencialidades de elevada qualidade, quer seja ao nível dos nossos recursos físico-naturais – as florestas, a serra, os rios, quer seja ao nível das nossas tradições e cultura ou, ainda, das actividades produtivas locais.

Porém, reconhecemos que a verdadeira riqueza da nossa região são as Pessoas, as nossas gentes, as nossas comunidades locais.

Temos construído – num processo lento, estrutural – uma nova imagem do mundo rural, mais renovada, atractiva, afirmando as originalidades do território, aumentando a qualidade de vida das populações e fortalecendo a sua auto-estima.

Reconhecendo que as Pessoas são o nosso maior bem local, é para estas que trabalhamos e que preconizamos uma Região Solidária, uma

solidariedade que se traduz numa responsabilidade ampla seja ao nível social, económico, ambiental ou patrimonial.

Para a Dueceira, enquanto entidade gestora, ou para a Pinhais do Zêzere, entidade parceira na implementação do Programa LEADER+ELOZ. Entre LOusã e Zêzere, o conceito de “Região Solidária” é bem mais do que uma simples ideia, é uma estratégia local de desenvolvimento, intrínseca a toda a actividade que desenvolvemos.

Esta abordagem, centrada nas populações, permite potenciar relações de proximidade com os diferentes agentes: associações, colectividades, escolas ou autarquias. Permite cimentar redes locais, criar sinergias, interacções e condições para assumirmos a competitividade das Terras de Entre LOusã e Zêzere.



Jaime Carlos Marta Soares
Presidente da Dueceira e do Conselho de
Gestão do Programa LEADER+ELOZ

PROJECTOS SOLIDÁRIOS

Centro de Acolhimento Temporário

Em São Miguel de Poiares, concelho de Vila Nova de Poiares, acaba de nascer um Centro de Acolhimento Temporário, devidamente apetrechado e equipado, que perspectiva, para além do alojamento, serviços diversificados ao nível da alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa e animação sócio-cultural. O projecto, apoiado pelo LEADER+, assumido pela entidade promotora – ADIP - Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares, como um equipamento social exemplar para o concelho (com uma percentagem significativa de população idosa, extremamente debilitada e vulnerável em termos sociais), possibilita a manutenção de uma fórmula social de apoio que reconhece efectivamente o idoso enquanto cidadão e membro de uma comunidade, promovendo o seu bem-estar e aumento da qualidade de vida, sempre em articulação com outras valências da associação.

Actuando nos vectores da Acção Social, Formação Profissional, Artes e Ofícios Tradicionais, Economia e Desenvolvimento e Desporto, Cultura e Tempos Livres, a ADIP presta um leque variado de serviços abrangendo todo o concelho de Vila Nova de Poiares: Centros de Dia (Alveite Grande, Moura Morta, Pereiro de Além e Venda Nova); Centro de Convívio do Carvalho; Apoio Domiciliário; Creche, Jardim de Infância e Actividades de Tempos Livres; Gabinete de Acção Social; Gabinete de Formação e Desenvolvimento; Centro Difusor de Artesanato e Recursos Endógenos de Vila Nova de Poiares; Espaço Internet; Colónia Balnear do Município (Praia de Quiaios); CRVCC - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (entretanto designados Centros Novas Oportunidades).

Criada em 1996, e reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 1999, a ADIP “é feita a pensar nas pessoas; as que aqui trabalham e aquelas para quem todos os dias nós trabalhamos”, diz a sua presidente, Madalena Carrito.



Encaixa

Caixas de madeira de todas as formas e feitios, à medida do cliente, são um dos produtos que saem da Arcil Madeiras. Uma das unidades produtivas da Arcil - Associação para a Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã criadas ao longo dos 30 anos de vida da associação a pensar na inserção sócio-profissional de pessoas portadoras de deficiência e reforço das fontes de financiamento da própria instituição. A aposta é recente e surgiu da necessidade de tornar esta unidade produtiva (a primeira a ser criada, em 1989) mais profissional e competitiva, como explica Paulo Pinho, director financeiro da instituição e responsável pelo projecto. “Após prejuízos acumulados durante anos era necessário reformular a estratégia. As caixas de madeira vêm fazer com que não estejamos dependentes de um único produto, as paletes”. Graças ao apoio do programa LEADER+, as máquinas obsoletas dos sectores de serração e carpintaria (que não facilitavam o crescimento da unidade) foram substituídas por maquinaria moderna essencial para este tipo de produção, identificada como um nicho de mercado a explorar e investir. Para além do aumento da capacidade de resposta, bem como a diversificação da oferta de serviços da associação, o projecto “Encaixa” permitiu aumentar para 25 o número de pessoas afectas a esta unidade de produção, entre postos de trabalho efectivos e indivíduos em ocupação/reabilitação.

Com uma facturação na ordem dos 400 mil euros anuais, a Arcil Madeiras representa um terço da facturação total global da Arcil no conjunto das unidades produtivas da associação: Arcilagro, Arcilcard, Arcilcerâmica, Arcilav, Orca, Arcilsaúde, Arcilverde e Arcil Madeiras. Ainda assim, a gestão da associação é uma tarefa muito exigente, que absorve muita energia dos seus dirigentes e colaboradores, como conta José Marques Leandro, presidente da Arcil. Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), criada em 1976 por um grupo de pessoas confrontadas com a dificuldade de educar os seus filhos, a Arcil foi crescendo e diversificando a sua acção ao longo dos anos, procurando sempre contribuir para a (re)habilitação, a formação e a inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades.

A intervenção é abrangente, promovendo uma resposta completa, afectiva e integrada. “Por trás de cada utente está uma família”, sublinha o presidente da associação, que conta com 400 utentes no conjunto das áreas onde intervém: Infância e Juventude (Equipa de Intervenção Precoce da Lousã, Projecto Integração/Inclusão Escolar e Centro de Actividades de Tempos Livres); Centro de Actividades Ocupacionais (Centro de Dia e Sector de Apoio pela Ocupação); Centro de Formação Profissional (Orientação e Formação Profissional; Integração em Mercado de Trabalho); Apoio Residencial; Centro de Emprego Protegido. Por tudo isto, e como exemplo de boas práticas na área da deficiência, a Arcil foi agraciada pelo Presidente da República no último 10 de Junho como Membro Honorário da Ordem de Mérito.



Maria do Rosário Aranha

Sonhar Atenas, Vivaldi e Museus Vivos de Artes e Ofícios Tradicionais

“Sonhar Atenas” e “Vivaldi - Equitação nas Quatro Estações”. Um e outro, apoiados pelo programa LEADER+, visam a inclusão de camadas mais frágeis da população, como é o caso dos cidadãos portadores de deficiência. O primeiro possibilitou a participação de um jovem atleta, mirandense, portador de deficiência, nos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, e a aquisição de materiais e equipamentos fundamentais à prática de equitação desportiva e hipoterapia; o “Vivaldi”, a construção de um picadeiro coberto, permitindo a prática de actividades equestres durante todo o ano, proporcionando a uma população com deficiência, doença ou inadaptada, condições e sensações que de outro modo lhe estariam vedadas, como explicam Ana Cláudia e Pedro Faria, da ADFP - Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional. O promotor destes projectos, perspectivados como uma resposta completa ao nível da oferta de serviços diversificados de proximidade, turísticos e de lazer, com recurso à prática e ensino da equitação como terapia. Neste sentido, a ADFP viu ainda aprovado um terceiro projecto: “Museus Vivos de Artes e Ofícios Tradicionais”. Um projecto que visa a criação de um espaço que rentabiliza as actividades tradicionais, prevendo a produção e comercialização de artesanato e que, por tal, constituirá uma significativa fonte de receitas para a entidade promotora, assegura o contacto directo com os visitantes com as artes e ofícios tradicionais, e ainda apoia a manutenção de três postos de trabalho de cidadãos portadores de deficiência.

Preservar os valores patrimoniais e culturais, nomeadamente o artesanato, é apenas um dos objectivos da ADFP, que tem por missão promover a qualidade de vida (física, psíquica, económica e social) de crianças, jovens, adultos desfavorecidos, deficientes, doentes e idosos. Uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), criada em 1989, com sede em Miranda do Corvo e valências sociais, serviços de saúde, secções culturais, recreativas e desportivas nos concelhos de Miranda do Corvo, Penela, Lousã, Góis, Penacova e Coimbra.

O funcionamento da associação, com 2500 sócios, é assegurado por 170 trabalhadores, quadro complementado por funcionários dos ministérios da Educação, do Trabalho e da Solidariedade, em regime de destacamento, desempregados colocados pelo IEFP em actividades ocupacionais e voluntários. Cerca de 17 por cento dos trabalhadores do quadro da instituição são pessoas portadoras de deficiência. Regularmente, 3400 pessoas utilizam os serviços da ADFP, 250 das quais em regime residencial.



Mania do Rosário Aranha

A Hora da Controvérsia



Dueceira

Aprendi... “A ser solidária”, “A pensar melhor”, “A dar valor ao que está à minha volta”, “A pensar e a tomar decisões”, “O que é o desenvolvimento sustentável”... *O que mais gostei...* “Dos jogos de criatividade”, “Da campanha do sorriso”, “Quando plantámos um castanheiro”, “Quando veio cá o pintor”, “Da sessão n.º 18 – É hora de Agir”, “Da sessão das decisões e caminhos a seguir – Quebra-gelo”... A avaliação final do projecto pelos alunos no ano lectivo 2006/2007 é unânime. Em Maio de 2008, no final do terceiro ano de execução, não se espera que as opiniões venham a ser muito desiguais.

Num rodopio durante toda a semana, os animadores do projecto – Sónia Ferreira e Pedro Coimbra, ela licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, ele em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, falam na primeira pessoa do plural d’A Hora da Controvérsia. O discurso é contagiante. As palavras saem com a emoção própria de quem está a viver uma experiência extraordinária. Apaixonados pelo projecto desde o primeiro contacto com a Dueceira, em Dezembro de 2005, vivem intensamente os 90 minutos de cada sessão que, semana após semana, levam às 11 turmas envolvidas este ano lectivo n’A Hora da Controvérsia, de outras tantas escolas do 2º e 3º ciclos, secundárias e profissionais dos concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

As sessões, 20 no total, realizadas no período curricular, em horário definido pela escola, e com designações tão sugestivas como “Eu a nu”, “Quebra-gelo”, “Chapéus há muitos”, “Cuidado com as palavras”, perspectivam a reflexão, a partilha e o debate à volta de um tema, sempre em torno dos conceitos de Solidariedade, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Através de jogos e actividades, os animadores convidam os jovens a falar sobre o que os preocupa, incentivando-os a dizer o que pensam e sentem, e a apontar ideias e soluções para os problemas do seu dia-a-dia e os das comunidades onde vivem.

Em paralelo a estas sessões de partilha de opiniões e experiências, acontecem ao longo do ano lectivo outro tipo de actividades extracurriculares, como “Jornal de Parede”, “BI Jovem Solidário”, Blog “A Hora da Controvérsia” (<http://ahoradacontroversia.blogspot.com>) e Práticas Solidárias, para reforçar ideias, praticar conceitos, provocar atitudes e acções. Ou seja, para estimular nestes jovens os sentimentos de pertença e identidade, para que possam vir a ser agentes de mudança nas suas escolas e comunidades. E que é, afinal, a meta deste projecto: educar os jovens para a cidadania activa e o desenvolvimento sustentável, intervindo localmente no desenvolvimento das suas regiões.

É claro que é um trabalho a longo prazo, afirmam em uníssono Sónia e Pedro, mas a semente está lançada... Iniciado em 2005, sem perspectiva de continuidade, o projecto foi imediatamente apropriado pelas escolas (sem qualquer custo), estendendo-se por três anos lectivos. No encontro final inter-escolas, em Maio de 2008, será a hora “Da Hora da Controvérsia” para apresentar, divulgar e avaliar o projecto – da sua concepção, implementação, impactos e conclusões – um exercício prático para e com a comunidade escolar, único no país. “Os planos curriculares são cinzentos, mas este nosso projecto é um arco-íris que nasce semanalmente nas escolas e as torna mais coloridas, defende Ana Souto, técnica da Dueceira.

Textos de **Paula Matos dos Santos**

Vinte anos ao serviço da solidariedade e da cidadania

A ligação entre desenvolvimento e solidariedades constituiu o eixo central das intervenções da INDE, ao longo dos 20 anos da sua existência, e assenta na ideia de que os modelos de desenvolvimento sustentável inscrevem-se em sociedades solidárias e coesas do ponto de vista social.

Vale a pena recordar um pouco a história de intervenções que, pensando-lo, tiveram efeitos de demonstração e nas propostas políticas de desenvolvimento e de emprego em Portugal.

Em finais de 80 e início dos anos 90, acções na área do desenvolvimento e cooperação em diferentes países (Gabão, Camarões, S.Tomé, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Conakry, Benim, Moçambique, Equador, Brasil, Guatemala, Costa Rica, entre outros) constituíam uma parte importante da actividade da organização. Um contrato com a DG XVI no início dos anos 90 permitiu a vulgarização e a mutualização da reflexão em Portugal do conceito de Desenvolvimento Local, em torno de seis encontros regionais que mobilizaram o sector associativo emergente, as colectividades locais, entidades privadas e públicas e a posterior publicação do guia do Desenvolvimento Local, ferramenta metodológica editada nessa altura.

Outro vector importante da intervenção da organização residiu na opção de desenvolver projectos próprios de luta contra a exclusão social no território nacional, quer através de contratos directos com a Comissão Europeia, quer no quadro de diferentes iniciativas nacionais e comunitárias (Integrar, Youthstart e, mais recentemente, da Iniciativa Equal). Alguns destes projectos permitiram a realização de estudos e ferramentas nos domínios que foram objecto de experimentação (por exemplo mediações e flexigurança no quadro da Iniciativa Equal).

Essencial foi também a participação e responsabilidade da INDE na Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II e no Observatório Europeu do LEADER. Este trabalho de proximidade e reciprocidade com os Grupos de Acção Local (GAL) permitiu reforçar toda a componente de comunicação, formação e criação de ferramentas metodológicas sobre desenvolvimento rural em Portugal que, pensamos, foi muito útil não só para o sector associativo da esfera e territórios LEADER, mas para muitos dos actores que trabalham na área da inserção e do desenvolvimento local. A transferência da abordagem e metodologia LEADER para alguns países do Sul, no quadro de projectos nacionais de luta contra a pobreza, constitui outro exemplo da ligação entre desenvolvimento e solidariedades.

Outro foco da intervenção, foi a realização de estudos encomendados por diferentes divisões da Comissão Europeia e de Agências das Nações Unidas, em torno da luta contra a exclusão social.

Mais recentemente, projectos de cooperação descentralizada, em Timor-Leste e na Guiné-Bissau, estimularam a participação horizontal dos actores do desenvolvimento em acções de cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, Sul-Norte.

Que reter deste resumido historial?

Em primeiro lugar, a ideia subjacente a toda a intervenção da organização, da necessidade de trabalhar as diferentes escalas de intervenção, local, regional, nacional e internacional e de promover e reforçar as ligações entre os diferentes actores.

Outra ideia-chave, a de um olhar crítico e portador de mudança, que não se compadece com culturas clientelistas e corporativas.

O forte comprometimento com as populações com quem trabalhamos e o princípio de que não há desenvolvimento sem participação efectiva ou empoderamento, o que actualmente remete também para a possibilidade de expressão na esfera pública de populações que recusamos tratar como categorias de assistidos.

A ideia central, de que não há hierarquias nos modelos de desenvolvimento, há sim, sistemas sociais mais ou menos complexos e diferentes. Certas comunidades rurais – em Portugal, em Moçambique, ou no Equador, são exemplos de sistemas coesos do ponto de vista social, com os quais podemos e devemos aprender, e estas aprendizagens devem realizar-se com base num princípio de humildade e abertura.

Quanto mais solidárias e coesas forem as sociedades, mais estáveis elas se encontram de todos os pontos de vista, garantindo assim condições favoráveis ao bem-estar das diferentes gerações, à criação de riqueza e a uma gestão sustentável dos seus recursos. O Estado tal como o conhecemos nos países Europeus, assume um papel central de regulador, através da criação de políticas públicas que consolidam emprego, educação, saúde e desenvolvimento, mas a sociedade civil continua a desempenhar um papel importante na introdução da inovação, na capacidade de encontrar novas respostas face a uma crescente complexidade e mudanças aceleradas.

Cristina Cavaco
INDE



Célula de Animação LEADER II / INDE



Projecto "Crianças de rua" (Guiné-Bissau) / Helder Santiago/INDE



Serra da Lousã / Dueira

Entre Lousã e Zêzere

É serra? São rios? É tudo isso... mais os desafios. Por entre serras, vales, rios e ribeiras, desenha-se um território em tons terra, verde, azul e púrpura. Aos altos e baixos escreve-se a história de pessoas que já viveram ou ainda vivem nas aldeias serranas, modelos da arquitectura popular, hoje recuperadas em espaços turísticos rústicos. A vida que por aqui se traça e retraça é ora mais rude, ora mais estimulante, é um apelo constante à aceitação de desafios.

Na Região Centro, NUT II do Pinhal Interior Norte, situa-se a Zona de Intervenção (ZI) LEADER+ELOZ. O território em forma de V (de vitória!) estende-se por uma área aproximada de 1.114 km². Regista uma população de cerca de 56.586 habitantes e uma densidade populacional de 50,8 habitantes por km². À imagem da Serra da Lousã, os concelhos do território ELOZ situam-se na transição do distrito de Coimbra para o de Leiria. Abrangem, assim, de Coimbra os concelhos de: Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares; e de Leiria: Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, e contam, respectivamente um total de 35 freguesias: Casal de Ermio, Foz de Arouce, Gândaras, Lousã, Serpins e Vilarinho; Lamas, Miranda do Corvo, Rio de Vide, Semide e Vila Nova; Cabril, Dornelas do Zêzere, Fajão, Janeiro de Baixo, Machio, Pampilhosa da Serra, Pessegueiro, Portela do Fojo, Unhais-o-Velho e Vidual; Arrifana, Lavegadas, Santo André e São Miguel de Poiares; Castanheira de Pera e Coentral; Aguda, Arega, Bairradas, Campelo e Figueiró dos Vinhos; Graça, Pedrógão Grande e Vila Facaia. Na fronteira entre o nordeste e o sudeste situam-se os concelhos de Covilhã, Fundão, Oleiros e Sertã; enquanto de sudoeste para noroeste, se sucedem Alvaiázere, Ansião, Penela, Condeixa-a-Nova, Coimbra e Penacova.

Entre a Serra da Lousã e os rios Mondego, Zêzere, Alva, Ceira, Unhais, Dueça entre tantos outros mais, inscreve-se um território marcadamente interior e isolado de maciço montanhoso. Localizada no extremo Sudoeste da cordilheira central, a Serra da Lousã abrange, no caso da ZI LEADER+ELOZ, parcial ou totalmente, o conjunto de concelhos que formam este território, assumidamente terras de serras e de água!

Em dimensão, Pampilhosa da Serra ultrapassa de longe os outros seis concelhos, com 396,49 km², seguido por Figueiró dos Vinhos (171,95 km²), Lousã (139,16

km²), Pedrógão Grande (128,59 km²), Miranda do Corvo (126,98 km²), Vila de Nova de Poiares (83,82 km²) e, finalmente, o mais pequeno, Castanheira de Pera (66,86 km²).

Entre os dois últimos censos (1991 e 2001), os três concelhos mais próximos de Coimbra registaram um aumento da população residente. À frente vai a Lousã cuja variação populacional se traduz numa subida de 18 %, seguida de Vila Nova de Poiares com 14,2 % e Miranda do Corvo com 12,3 %. Os restantes concelhos, mais interiores, assistiram a uma perda na ordem dos 15,8 % em Castanheira de Pera, 9,8 % em Pampilhosa da Serra, 8,3 % em Figueiró dos Vinhos e 5 % em Pedrógão Grande.

A densidade populacional apresenta valores dramaticamente variáveis de acordo com o grau de interioridade. Assim, mais próximos do Litoral, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares produzem respectivamente, no ano de 2001, os seguintes resultados: 113,80 habitantes por km², 103,42 hab./km² e 83,60 hab./km². Em contrapartida, do lado lá da Serra, surge o caso mais gritante, 13,17 hab./km² no concelho de Pampilhosa da Serra, seguida de longe de Pedrógão Grande (34,16 hab./km²), Figueiró dos Vinhos (42,36 hab./km²) e Castanheira de Pera (55 hab./km²).

Pegando nos valores estatísticos do ano de referência de 2001, conclui-se que os concelhos de Lousã e Pampilhosa da Serra estão nos antípodas em termos de taxa de emprego (53,1% versus 37%); população activa (7.523 vs. 1.807); índice de envelhecimento (108,3 vs. 373,5); proporção de população residente com 65 ou mais anos de idade (17% vs. 36,5%); taxa de analfabetismo (7,08% vs. 25,16%); proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória (37,38% vs. 12,72%). Entre os indicadores destacados, emergem dois dados curiosos: entre os sete concelhos, a taxa de desemprego mais baixa pertence a Pampilhosa da Serra (3,3% contra uma média da ZI de 15,85%) e a maior taxa de abandono escolar ocorre em Vila Nova de Poiares (3,14% contra uma média da ZI de 2,01%).

Os rios e a serra

A Serra da Lousã é limitada a sul pelo Zêzere e a norte pelo vale do Ceira. Tem uma área de 14.761 hectares, uma altitude mínima de 300 metros, média de 700 m e máxima de 1.204 m. O pico mais alto é o Trevim. “Com declives acentuados (originando encostas íngremes e vales muito encaixados, por vezes quase inacessíveis) nas vertentes a Norte e suaves a Sul onde, respectivamente, se fazem sentir as influências climáticas atlântica e mediterrânica.”¹

“Devido à acentuada orografia e variantes climáticas, a vegetação é muito diversi-

ficada, desde as azinheiras nas zonas mais secas e ensolaradas até aos castanheiros e carvalhos (*Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*) nas zonas mais húmidas e frias. As linhas de água, com a vegetação associada, constituem os habitats mais bem conservados.”². Segundo o Instituto de Conservação da Natureza (ICN), a Serra da Lousã possui não só “um grande valor paisagístico, imponentes cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas pela existência de cascalheiras (depósitos de vertente), como também é importante para a manutenção de ecótipos de alto valor genético”.

O território é verde... e azul. Muitos cursos de água servem este território. Começando pelas bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego, com os seus afluentes como o Ceira, Unhais, Alva, Alheda, Dueça e Arouce, as ribeiras de Pera, Alge, Quelhas, Cavalete, Frades, entre tantas outras, terminando nas barragens e albufeiras do Cabril, Santa Luzia, Alto Ceira e Bouçã.

As principais vulnerabilidades são os incêndios florestais, florestações com eucalipto, o corte da vegetação ribeirinha, a invasão de espécies exóticas infestantes - háquias, ailantos e sobretudo acácias; implantação de infra-estruturas; pressão turística; passeios e provas motorizadas todo-o-terreno e empreendimentos hidroeléctricos.

Esta Rede Natura 2000³, classificada Sítio de Importância Comunitária (SIC) da Região Biogeográfica Mediterrânica (Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho), veste-se de classes de habitats⁴ compostas, maioritariamente, por Charnecas, Matos, Maquis⁵, Garrigues⁶, Phrygana⁷ e Florestas caducifólias⁸. No que concerne à ZI ELOZ+, a área abrangida pela Rede contempla 3.026,28 ha de Castanheira de Pera, 2.455,36 ha de Figueiró dos Vinhos, 3.788,20 ha da Lousã e 1.348,23 ha de Mirando do Corvo, somando um total de 10.618,07 ha da ZI.

Muito naturalmente, quando questionamos a técnica da associação, Ana Souto, sobre os pontos fortes deste território, enumera “as características físico-naturais, como a floresta e os recursos hídricos e um certo conjunto de aspectos mais imateriais que de certa forma dão identidade ao território, visto como um todo”. Curiosamente as fragilidades também elas decorrem do ponto forte chave, “passam sobretudo por ser um território de montanha, com problemas de isolamento, um exódo rural muito acentuado nas décadas de 50 a 70, o que faz com que hoje em dia alguns dos concelhos mais do interior, estejam bastante desertificados, envelhecidos, sem uma economia local que dê alguma sustentação.”

No outro lado da Serra, “os concelhos “mais urbanos, mais próximos do litoral, apresentam algumas fragilidades, sobretudo a nível de um crescimento urbanístico desmesurado, sem qualquer ordenamento, perdendo-se as características mais peculiares em termos de centros históricos. Esses três concelhos acabam por ser um pouco dormitórios da cidade de Coimbra. As acessibilidades também deixam muito a desejar: uma fraca malha de estradas dificulta o acesso aos concelhos.”

Dentro de um quadro onde dominam os tons verdes e azuis da natureza, é natural que uma das grandes oportunidades do território seja o selo da Rede Natura 2000 e como poderá influenciar de forma positiva a gestão da Serra da Lousã, enquanto destino turístico. É nesta encruzilhada que, segundo Ana Souto, a oportunidade se torna fragilidade, quando “não há uma acção concertada, mas sim uma incapacidade das entidades se organizarem em torno do conceito e marca “Serra da Lousã”. Muitas vezes, identifica-se a própria designação da Serra com o concelho, que acaba por “apropriar-se” da ideia da Serra da Lousã. Isto constitui um entrave para os demais concelhos que consideram que se está apenas a dinamizar o concelho da Lousã, em detrimento dos demais. Há que trabalhar a mudança de mentalidades. A Serra da Lousã é um maciço montanhoso que abrange todos estes concelhos, que pode ser potenciado em termos deste território. É uma grande oportunidade para trabalhar em rede. E nós estamos a tentar fazer isso em alguns projectos.”

O território de intervenção LEADER+ELOZ, enquanto Zona de Montanha, é todo ele considerado, de acordo com a directiva 86/467/CEE, de 14 de Julho, Zona Desfavorecida Classificada. Contabiliza uma percentagem de Superfície florestal de 72,6 % e uma percentagem de Superfície Agrícola de 14,1 %. Não é surpreendente que em termos sectoriais, o Primário seja dominado pela exploração florestal, enquanto a Agricultura é sobretudo de subsistência. Refira-se, no entanto, um grande núcleo de viveiristas de plantas em Miranda do Corvo. “O Secundário tem alguma expressão nos concelhos do norte: a Lousã tem a fábrica de papel mais antiga do país, fundada no século XVII. Ainda está a funcionar, acompanhando tecnologicamente os novos tempos. Tem bastantes tipografias e gráficas que trabalham a nível nacional. Miranda do Corvo está ligada essencialmente à indústria dos tapetes. Vila Nova de Poiares tem uma zona industrial muito forte, com áreas de actividade bastante diversificadas. Talvez seja o concelho com mais força a nível do sector secundário, através da produção de materiais diversos.” O

Zona de Intervenção LEADER+



Terciário começa a ganhar peso em todos os concelhos.

A oportunidade de colocar a Serra da Lousã no mapa das rotas turísticas tem vindo a ganhar força e adeptos. “Agora temos elementos para trabalhar, alguns apoiados por nós (unidades de turismo rural), outros de iniciativa privada. O nosso trabalho passa por tentar colocá-los em rede. Também surgiram confrarias, que assumem um papel muito importante para a dinamização da gastronomia local: a Confraria da Chanfana, da Cabra Velha, da Jeropiga, do Vinho de Lamas, do Maranhão,... está-se a criar a Confraria do Mel da Serra da Lousã.” Em termos de animação e valorização do património natural e de arquitectura vernacular, há que destacar as Redes das Praias Fluviais e das Aldeias de Xisto, ou ainda noutro registo a Praia da Rocas em Castanheira de Pera.

Para revestir a matéria de uma aura mais mística, motivos também não faltam. Lendas como a da Princesa Peralta, estórias sobre neveiros e poços de neve, um dialecto chamado laínte, próprio dos caixeiros viajantes da indústria têxtil, os veados, introduzidos, recentemente, na Serra da Lousã, a alma serrana... Como se não bastasse, relembremos os amantes de «boa comida» que por estas terras poderão provar chanfana, maranhos, bucho, migas serranas, sopa de peixe do rio Zêzere, e ainda a diversificada doçaria que tem bons exemplos na tigelada lousanense, no pão de ló de Figueiró dos Vinhos, nos serranitos e talasnicos, nos poaritos, etc.

Este território é tudo isto e muito mais. São as pessoas que o habitam e que lhe dão vida. São sobretudo também os jovens que estão a construir para um futuro melhor um território solidário.

Maria do Rosário Aranha

- 1 Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Sítios da Lista Nacional, Serra da Lousã, Janeiro 2006, ICN.
- 2 <http://darwin.icn.pt/sipnat/wgetent?userid=sipnat&type=sicecran8&codigo=PTCON0060&zona=1>
- 3 Rede de áreas designadas para conservar os habitats naturais e as espécies selvagens raras, ameaçadas ou vulneráveis.
- 4 Conjunto de condições geofísicas de um lugar específico onde se desenrola a vida de uma espécie ou de uma comunidade animal ou vegetal.
- 5 O Maquis é um mato que se desenvolve em solos ácidos e siliciosos. Consiste numa densa e muitas vezes impenetrável massa de pequenas árvores e arbustos com uma grande diversidade de plantas rasteiras e trepadoras. Este coberto vegetal pode ter entre 3 e 5 metros de altura. O Maquis, assim definido, não deixa de ser um Mato Alto, que corresponde no nosso país a uma floresta degradada onde predominou outrora o sobreiro que ocupa espontaneamente estes solos. (in: www.naturlink.pt)
- 6 O Garrigue é uma formação vegetal mais aberta, que se desenvolve em solos calcários, alcalinos e pedregosos, constituída por arbustos de pequeno porte que nos chegam à cintura ou apenas ao joelho, muitas vezes apresentando-se como pequenos tufos esparsos entre as manchas de erva. O Garrigue corresponde normalmente à floresta degradada de azinheiras (in: www.naturlink.pt)
- 7 Formas mais degradada de um tipo vegetação predominantemente arbustiva, formando mantos contínuos de um matagal mais ou menos fechado (in: www.naturlink.pt)
- 8 de Carvalhos (*Quercus* spp.) ou de Castanheiros (*Castanea sativa* Miller)



Dueceira

Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça

Programa LEADER+ELOZ – Entre LOusã e Zêzere



A Dueceira tem na sua génese o curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento promovido pelo IDARC - Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Centro com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Formalmente constituída no dia 4 de Março de 1994, a Dueceira veio a ser credenciada

como entidade local gestora do programa LEADER II em 1995, tendo como suporte o Acordo de Cooperação firmado com a Associação de Desenvolvimento Pinhais do Zêzere (entidade local parceira), por forma a agir de modo mais coerente e estratégico face a uma zona mais ampla e com características idênticas. Desta ligação inter-associativa resultou a criação de um órgão deliberativo, designado Conselho de Gestão, composto por elementos de ambas as associações e dotado de plenos poderes e autonomia para a gestão do LEADER II. Um acordo reafirmado para o LEADER+. Embora muito centrada na gestão destes programas, a Dueceira tem vindo a planear e executar outros projectos e actividades, na óptica do desenvolvimento integrado e auto-sustentado da sua zona de intervenção.

No terreno desde 1996, o 4 CEFF'S será, porventura, o projecto (piloto) mais emblemático da associação. Conjugando os recursos das CEFF'S (Comissões Especializadas de Fogos Florestais) de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, o projecto contemplou a aquisição de um parque de máquinas destinado a servir os associados na prevenção e combate a fogos florestais e a contratação e formação de técnicos especializados.

Desde Novembro de 2006, a Dueceira é também responsável por uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), no âmbito do URB COM/PRIME, numa parceria com as câmaras municipais de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC), para a revitalização do comércio tradicional.

Na Dueceira, porém, o coração bate mais forte quando se fala de: "Região Solidária", um projecto de cooperação interterritorial entre as oito ADL da Beira Litoral consubstanciado numa acção comum ("Imagens da minha terra") e uma acção própria ("A Hora da Controvérsia"); "Entre LOusã e Zêzere Acessível", um portal de promoção do território com base no conceito de turismo acessível; "Eco-Rede de Museus Vivos", que visa o estabelecimento de uma rede de museus vivos que facilite a promoção conjunta do património natural e cultural dos territórios dos parceiros do projecto (www.redemuseusvivos.org); "Cooperar em Português", igualmente um projecto de cooperação transnacional, que envolve 11 ADL portuguesas, a RITS - Rede de Informações para o Terceiro Sector, a Rede DLIS - Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, a ADESE - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, o Consórcio de Jiquiricá, no Brasil, e outros parceiros identificados em Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, e que potencia a troca de informações e experiências sobre os processos locais e de desenvolvimento com países de expressão portuguesa, perspectivando a criação de uma rede de agentes, projectos e entidades (www.cooperareportugues.org); ou, finalmente, a implementação do SIM - Sistema de Micro-crédito para apoio à criação de auto-emprego.

A curto prazo, a Dueceira espera "abraçar a 100 por cento" o "Artesanato em Rede". Um projecto nascido no LEADER II de uma cooperação com a Adices e a Asociación Montañas del Teleno, visando a afirmação do artesanato e artesãos, e que a Dueceira pretende dar continuidade para além do âmbito LEADER.

Dueceira

R. Gen. Humberto Delgado
Apartado 20
3200-909 Lousã
Tel.: 239 99 52 68
Fax: 239 99 10 18
Email: dueceira.eloz@mail.telepac.pt
Site: www.dueceira.pt

Órgãos sociais

Assembleia-Geral: *Presidente* Presidente da ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã | *1.º Secretário* Representante do Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares | *2.º Secretário* Representante da EPL - Escola Profissional da Lousã | **Direcção:** *Presidente* Presidente da C. M. de Vila Nova de Poiares | *Secretário* Presidente da C. M. da Lousã | *Tesoureiro* Elemento da Direcção da ADFP - Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional | *Vogal* Presidente da C. M. de Penela | *Vogal* Presidente da C. M. de Miranda do Corvo | **Conselho Fiscal:** *Presidente* Presidente da Cooperativa Agrícola de Miranda do Corvo | *Secretário* Representante da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova de Poiares | *Relator* Vice-presidente da CERCIL - Penela

Associados

Câmara Municipal (C. M.) de Lousã; C. M. de Miranda do Corvo; C. M. de Penela; C. M. de Vila Nova de Poiares; ARCIL - Associação para a Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã; EPL - Escola Profissional da Lousã; ADFP - Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo; CBE - Centro da Biomassa para a Energia; Cooperativa Agrícola de Miranda do Corvo; Associação de Apicultores SerraMel; Associação Humanitária dos Bombeiros de Penela; CERCIL - Penela; APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Vila Nova de Poiares; Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova de Poiares; ADIP - Associação de Desenvolvimento Integrado de Poiares; ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra; Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Poiares; Santa Casa da Misericórdia de Semide

Grupo de Acção Local (LEADER+ELOZ Entre LOusã e Zêzere)

C. M. de Lousã; C. M. de Miranda do Corvo; C. M. de Vila Nova de Poiares; C. M. de Castanheira de Pera; C. M. de Figueiró dos Vinhos; C. M. de Pampilhosa da Serra; C. M. de Pedrógão Grande; Agrupamento de Escolas Dr. Daniel de Matos de Vila Nova de Poiares; Agrupamento de escolas Miguel Leitão de Andrade de Pedrógão Grande; Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto de Castanheira de Pera; Junta de Freguesia da Graça; ADIP; ARCIL; EPL - Escola Profissional da Lousã; ADFP; CBE; ACIC; Santa Casa da Misericórdia de Semide; Cooperativa Agrícola de Miranda do Corvo; APPACDM; Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Nova de Poiares; Associação Humanitária dos Bombeiros de Castanheira de Pera; Associação de Melhoramentos de Castanheira de Pera; Caperarte - Associação para o Desenvolvimento Económico e Cultural de Castanheira de Pera; Casa da Comarca de Figueiró dos Vinhos; ETPZP; Costa e Alface, Lda.; José Eduardo Mendes & Filhos, Lda.; 98 pessoas em nome individual

PDL LEADER+ Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

Construção de uma imagem positiva, renovada e atractiva do mundo rural. A estratégia geral do Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+ ELOZ Entre Lousã e Zêzere, sob o tema federador – Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, propõe um desafio para a região: a promoção da originalidade do território valorizando, qualificando e reinventando a imagem e unidade serrana. Isto é, a promoção de novas ruralidades para uma sociedade renovada, um ambiente preservado, uma economia sustentável e uma postura de abertura; em suma, para uma região solidária.

O conceito – Solidariedade – rima estrategicamente com Sustentabilidade, é transversal a todo o PDL, surgindo na prática mais ou menos vincado em projectos quer na linha de intervenção de apoio ao associativismo, quer da assistência técnica e apoio ao desenvolvimento, do turismo, património e cultura, quer ainda da identidade e imagem.

Na Dueceira, projectos e acções são encarados como formas de praticar a Solidariedade, contribuindo para uma região (mais) solidária, defende a coordenadora da Equipa Técnica do GAL (Grupo de Acção Local), Maria do Céu Marques.

Até 12 de Outubro de 2007, a Dueceira aprovou no âmbito do Vector 1 (Desenvolvimento Rural) do programa LEADER+, 75 projectos na Medida 1 (Investimentos) e 16 na Medida 2 (Acções Imateriais). Considerando a Medida 4 (Despesas de funcionamento do GAL), o total global de investimento aprovado é de 4.837.456,59 euros. Os investimentos contemplaram a construção ou requalificação de infra-estruturas e, com maior relevância, o apoio ao associativismo e a actividades produtivas e outras acções materiais. No Vector 2 (Cooperação), à mesma data, contam-se seis projectos, de âmbito interterritorial e transnacional, num total de investimento de aprovado de 334.530,71 euros, entre os quais, "Região Solidária", "Eco-rede de Museus Vivos" e "Cooperar em Português".

Equipa Técnica do GAL



Maria do Céu Marques

Coordenadora

Nascida em Lisboa, Maria do Céu Marques acompanhou os pais no regresso à terra natal ainda a tempo de entrar na

escola pela primeira vez. Concluído o 12º ano, deixou a Lousã para se licenciar em Economia pela Universidade de Évora. Decidida a voltar, encontrou o seu primeiro emprego na Dueceira, estava a associação a dar os seus primeiros passos. Nunca escondendo a sua predilecção pela área financeira, diz que conseguiu facilmente equilibrar o desempenho das funções de economista com o trabalho de animação no terreno que o cargo também exige. "Passo os dias a garimpar, porque os recursos são escassos, mas não há monotonia; antes pelo contrário, há sempre desafios, novos projectos que nos realizam imenso". Optimista, aguarda tranquilamente as directrizes para o futuro, convicta da continuidade do trabalho desenvolvido até aqui... "A Solidariedade, na Dueceira, mais do que um projecto, é uma atitude, praticamo-la de facto".



Ana Souto

Técnica Superior de Desenvolvimento

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (designado entretanto Instituto Superior

Miguel Torga), Ana Souto encontrou a sua verdadeira vocação no curso de Promotores de Formação para o Desenvolvimento promovido pelo IDARC com o apoio da CCDR Centro. Seguindo ainda os objectivos deste curso, envolveu-se na constituição de uma associação de desenvolvimento. Nasceu assim, em 1994, a Pinhais do Zêzere, em Figueiró dos Vinhos, de que é sócia-fundadora. Por via do Acordo de Cooperação firmado com a Dueceira para a gestão do LEADER II, em 1996, Ana Souto transitou para a equipa técnica da Dueceira (entidade local gestora). É aqui que tem vindo a desenvolver a sua paixão pelo Desenvolvimento Local, através de projectos traçados com rigor mas executados com muita poesia... O prazer com que o faz sente-se a cada gesto, a cada olhar, pela forma apaixonada como fala... Nascida em Moçambique, apossou-se da Serra da Lousã... "Vivo nela, para ela".



Alice Almeida

Técnica Administrativa

Alice Almeida considera muito positivo e gratificante o que faz na Dueceira, e fá-lo por gosto. Nascida em França, chegou à

Lousã em 1986, com 15 anos e o desafio de terminar o secundário numa outra língua. A integração não foi fácil, revela. Com o 12º ano concluído, avançou para o curso de Contabilidade e Auditoria no ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, mas tendo começado a trabalhar a sua conclusão foi ficando cada vez mais distante, o que lamenta, a cada dia que passa. A primeira oportunidade de trabalho na Dueceira aconteceu em 1997. Uma experiência breve, de apenas três meses, sob a forma de estágio, que teve, de certa forma, continuidade em 2000, altura em que voltou à associação, assumindo as funções administrativas, nomeadamente de natureza financeira.



Sílvia Soares

Técnica Administrativa

Na Dueceira desde Junho de 1998, Sílvia Soares partilha com a colega as responsabilidades administrativas da associação,

nomeadamente no que diz respeito ao expediente geral e componente técnica dos projectos. E exemplifica, sublinhando o apoio prestado no âmbito dos projectos Região Solidária - A Hora da Controvérsia, 4 CEFF's e Artesanato em Rede, preparando-se para, neste último, proceder à actualização da base de dados relativa aos artesãos do território da Dueceira. Antes de entrar na associação, trabalhou no Posto de Atendimento Juvenil do Instituto Português da Juventude em Vila Nova de Poiares, onde concluiu o 12º ano - curso tecnológico de Administração, e para onde foi viver, após alguns anos com residência no Barreiro, cidade do distrito de Setúbal que acolheu a família após o regresso de Angola em 1975.

Textos de Paula Matos dos Santos

Um fim-de-semana nas Terras de Entre LOusã e Zêzere

Fuga entre o verde da Serra e o azul dos rios...

Nas terras de Entre LOusã e Zêzere, o verde da serra e da floresta e o azul dos rios, regatos e albufeiras, convidam à descoberta de uma região que se assume em torno da pedra que lhe dá o nome... a lousa ou xisto. Região de gente boa, com tradições enraizadas, usos e costumes peculiares. Território sulcado de trilhos que permitem deambular sem espaço e sem tempo, ao encontro da nostalgia do mundo rural. Encanto de uma paisagem salpicada da urze arroxeadada que, mais tarde pela labuta das abelhas, se transformará no escuro e agri-doce Mel da Serra da Lousã. Aceitemos o desafio da aventura – a descoberta começa aqui!

Começo o meu passeio por Terras de Entre LOusã e Zêzere no concelho mais a norte, o de Vila Nova de Poiares. Encontro o artesanato local, identidade primeira destas gentes, na exposição permanente do Centro Difusor de Artesanato em São Miguel. O mais genuíno passa pela olaria de barro preto, pelos artefactos em salgueiro, as mós e os capachos. É precisamente em caçoilo de barro preto em forno de lenha que é confeccionado o prato mais tradicional de toda a região, a chanfana: cabra temperada com serpão, cozinhada no vinho tinto da região e acompanhada com batatas e grelos cozidos. Satisfeita visito, no centro da vila, a Igreja Matriz de Santo André, de 1742. Talvez dê uma saltada ao cimo da Serra de São Pedro Dias em busca do dólmen. Avanço na descoberta. Primeiro Serpins... Apetece-me apanhar o comboio cujo trajecto me aproxima da vila da Lousã, acompanhando as bucólicas margens do rio Ceira. A vila, com o mesmo nome da Serra, detém um certo encanto remanescente dos séculos XVIII e XIX, expresso nos inúmeros solares aristocráticos e nas grandes quintas, como o Palácio da Viscondessa do Espinhal (reconvertido em hotel de charme), os Solares dos Montenegros, de Santa Rita, dos Quaresmas em Fiscal, o Palácio dos Condes de Foz de Arouce e tantos outros. Sigo pela estrada em direcção a Coimbra, mas por pouco tempo. Quero visitar o Mosteiro de Santa Maria de Semide, fundado no século XII. Quatro ou cinco quilómetros acima o Santuário do Senhor da Serra é local de romaria em Agosto e principal miradouro da região sobre todo espreado do vale e Serra da Lousã. Já na vila de Miranda do Corvo, circundo a zona histórica e quedo-me no complexo turístico da Quinta da Paiva, um espaço com piscina, centro hípico, animais da quinta pedagógica, museus da chanfana, das artes e ofícios tradicionais ou da tanoaria. Arriba na aldeia de xisto do Gondramaz, encontrarei quicá um artesão a esculpir em pedra imagens religiosas ou profanas. Continuo para Figueiró dos Vinhos, procuro as Fragas de São Simão e arrepio-me com as escarpas contempladas do miradouro. Lá muito abaixo a límpida ribeira de Alge forma uma praia aprazível, de acesso íngreme. Na outra encosta, avisto a aldeia de xisto do Casal de São Simão. Em Figueiró, provo o pão-de-ló mas delicio-me com um prato de castanhas de ovos, pingos de tocha e queijinhos do céu. Passeio até à Torre da Cadeia, ao Casulo de Malhoa, ao Convento do Carmo, ao Jardim Municipal e à Igreja Matriz de São João Baptista. Sinto porque nos anos 30 do século XX era apelidada de “Sintra do Norte”. Darei, agora, um salto à Praia de Ana de Aviz,



ao parque ambiental do Cabeço do Peão ou ao viveiro de trutas de Campelo? Ou talvez à Foz de Alge, onde a ribeira desagua no Zêzere e se vislumbra velhas ferrarias? Opto pela velha e sinuosa estrada que me ligará a Pedrógão Grande e me conduz por entre aldeias e paisagens de floresta. Vou directamente para a Barragem do Cabril. De um lado, o imenso lago represado, do outro bem no fundo do vale escarpado a velha ponte Filipina. Subo à vila e dirijo-me ao Largo e Jardim da Devesa. Percorro o empedrado das ruas Rica e Dourada, onde as antigas residências da fidalguia rural sobressaem pelas suas sacadas de granito. Os romanos, antigos ocupantes, deixaram aqui vestígios, visíveis na estação arqueológica do Calvário. Recomendo também uma visita ao Museu de Pedro Cruz e à Igreja Matriz, construída em 1470. Passo, depois, pela praia do Mosteiro onde a ribeira de Pera forma uma meia-lua forrada a xisto, a caminho de Castanheira de Pera. Vila diferente, com toques de modernidade e laivos de revolução industrial. A Praia da Rocas atraindo-me com as suas ondas a 500 m de altitude e os veleiros atracados onde se pode pernoitar. Mais acima, na Praia do Poço Corga imperam carvalhos seculares. Espreito o envidraçado museu do lagar. Depois do Coentral, o trajecto é sinuoso até Santo António da Neve mas serve para perceber um pouco mais da história dos poços edificadas em 1787 pelo Neveiro-Mor da Casa Real. Contemplo o Trevim, ponto mais alto da Serra da Lousã com os seus 1.204 m e as encostas roxas da urze em flor. Desço para a Lousã. Vislumbro aqui um esquilo e ali um veado. A vida palpita nesta Serra! Mais abaixo, paro no miradouro da Senhora da Piedade. Encerrados num vale misterioso o Castelo de Arouce e a Ermida da Senhora da Piedade prometem lendas da Princesa Moura e histórias de milagres dos romeiros. Nas veredas e vales de Pampilhosa da Serra procuro flores silvestres, os pampilhos. As aldeias de Fajão e Janeiro de Baixo, cada qual no extremo deste vasto concelho, são destinos obrigatórios. Na primeira, visito o Museu de Monsenhor Nunes Pereira e ouço os naturais contarem as histórias do famoso e ilustre Juiz de Fajão. Na segunda, refresco as mãos no Zêzere. A caminho da Barragem de Santa Luzia, o Pico das Cebolas surge à minha direita e à frente, mesmo na curva do caminho, o miradouro oferece uma bela paisagem sobre a albufeira... Sinto que finalmente compreendi a alma das Terras de Entre LOusã e Zêzere!

Ana Souto
Dueceira



para dormir

- Casa da Ribeira de Pera TR
Castanheira de Pera, www.casaribeiradepera.com
- Villa Praia (bungalows e veleiros)
Castanheira de Pera, www.praiadasrocas.com
- Quinta do Sobral – Porto Douro – Figueiró dos Vinhos, www.quintadosobral.com
- Casa da Eira Apícola CC
Casal de Ermio – Lousã, Tel: 239 991 712
- Casa Vale do Linteiro CC
Casal da Gaga – Serpins – Lousã
www.valelinteiro.com
- Bungalows da Praia Fluvial do Pessegueiro
Pampilhosa da Serra
- Casa da Professora
Maria Gomes – Pampilhosa da Serra
<http://casadaprofessora.com.sapo.pt>
- Casais do Termo CC – Carreira – Pedrógão Grande, www.casaisdotermo.com
- Villa Isaura – Troviscais Cimeiros – Pedrógão Grande, Tel: 236 485 246

para comer

- Poço Corga, Tel: 917 798 705
- Albergaria Lagar do Lago, www.lagardolago.com
Castanheira de Pera
- A Toca do Mocho, Tel: 236 553 038
- Viveiro de Trutas, Campelo, Tel: 236 438 976
Figueiró dos Vinhos
- A Azenha (O Burgo), Tel: 239 991 162
- Ti Lena, Tel: 933 832 624
- Casa Velha, Tel: 239 991 555
Lousã
- Zé Padeiro, Tel: 239 532 108
- A Parreirinha, Tel: 239 532 312
Miranda do Corvo
- O Juiz de Fajão, Tel: 235 751 219
Pampilhosa da Serra
- São Pedro, Tel: 236 485 275
- Lago Verde, Tel: 236 486 240
- O Penedo, Tel: 236 480 024
Pedrógão Grande
- O Confrade, Tel: 239 423 360
Vila Nova de Poiares

para visitar

Castanheira de Pera: Museu do Lagar; Praias do Poço Corga e das Rocas; Casa do Tempo; Percorso Pedestre dos Castanheiros; Santo António da Neve; Figueiró dos Vinhos: Fragas e Casal de São Simão; Foz de Alge; O Casulo; Igreja Matriz; Percursos ribeirinhos de Alge; Lousã: Solares e Palácios; Eco-Museu da Serra da Lousã; Pelourinho; Talasnal, Candal, Cerdeira, Casal Novo; Castelo de Arouce e Senhora da Piedade; Miranda do Corvo: Mosteiro de Semide; Santuário do Senhor da Serra; núcleo histórico; Complexo Turístico da Quinta da Paiva; Gondramaz; Pampilhosa da Serra: Fajão; Janeiro de Baixo; Praia Fluvial de Pessegueiro; Barragem e Albufeira de Santa Luzia; Casal da Lapa; Pedrógão Grande: Museus; Estação Arqueológica do Calvário; Jardim da Devesa; Ponte Filipina; Igreja Matriz; Capela de Nossa Senhora dos Milagres; Vila Nova de Poiares: Igrejas de Santo André e da Arrifana; Capela de Nossa Senhora das Necessidades; Dólmen de São Pedro Dias

para levar

Castanheira de Pera: Barretes das Sarnadas; Tecelagem; Cerâmica; Mobiliário em Madeira; Figueiró dos Vinhos: Doçaria tradicional; Tecelagem; Cestaria; Mobiliário em Madeira; Lousã: Crivos e Peneiras; Miniaturas de Casas em xisto; Licores e Aguardentes; Doçaria; Miranda do Corvo: Ollaria de Barro Vermelho; Estátuas em Pedra; Doçaria; Tecelagem e Bordados; Pampilhosa da Serra: Artefactos em Torga; Miniaturas em Xisto; Aguardentes; Pedrógão Grande: Artefactos em Cortiça; Latoaria; Cestaria; Queijo de Cabra; Vila Nova de Poiares: Artefactos em salgueiro; Ollaria de Barro Negro; Mós; Capachos; Doçaria; Toda a região: Mel da Serra da Lousã (DOP)

Valorizar o capital social, investir na inteligência colectiva

Um forte capital social nas zonas rurais é um excelente recurso para encorajar a inovação, o empreendedorismo e o crescimento da economia local. Esta foi uma das conclusões da conferência sobre capital social, realizada em Lisboa, nos dias 8 e 9 de Novembro de 2007. A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e Trabalho foi a entidade responsável pela sua organização, em cooperação com o Observatório LEADER+, a Rede Portuguesa LEADER+ e o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.



A conferência, intitulada Capital Social e Criação de Emprego na Europa Rural, reuniu responsáveis, técnicos, investigadores e políticos, assim como representantes de várias organizações não governamentais e o seu relatório final pode ser consultado no site da Fundação Europeia, em <http://www.eurofound.europa.eu/events/2007/conflisbon081107/index.htm>.

O conceito capital social sublinha a interacção social entre indivíduos, grupos e comunidades, através de redes de comunicação, formais ou informais. Estas redes, estabelecidas na base de valores e de relações de confiança e cooperação, organizadas em função da experiência e interesse dos seus elementos, têm benefícios mútuos para todos os que as integram e são um forte contributo para a criação de emprego, melhoria das competências e fortalecimento da inteligência colectiva. A necessidade de se acrescentar uma visão política ao capital social foi uma ideia acentuada pelos participantes desta conferência, já que pode ajudar a generalizar e operacionalizar este conceito em todos os programas e projectos de desenvolvimento local.

O desenvolvimento das áreas rurais exige cidadãos qualificados e com capacidade de mobilização e intervenção pois, como sabemos, as competências pessoais e aptidões sociais são condições essenciais para uma cultura cívica sólida e eficaz. Contudo, as comunidades rurais, sendo ricas em bens patrimoniais, históricos e culturais, com inegável valor, apresentam desvantagens sociais demasiado evidentes: redes e sociabilidades enfraquecidas, uma sociedade civil frágil, baixas qualificações, fraco dinamismo económico, população predominantemente envelhecida e dependente de pensões de reforma, acentuadas perdas de emprego, associadas à reestruturação do sector agrícola e à saída dos jovens para os centros urbanos, aos quais se junta uma Insuficiência de respostas e serviços ligados ao bem-estar das populações.

Face a estas fragilidades e ameaças ao desequilíbrio demográfico, social e económico das zonas rurais em Portugal, importa destacar o papel das Associações de Desenvolvimento Local (ADL). O seu trabalho regular com pessoas, grupos e organizações, contribuiu para uma maior articulação entre os actores locais e para se experimentarem novas soluções e formas de governância local. Porque é na esfera pública que o capital social ganha forma e sentido, pois é aí que se estabelecem as relações humanas (pessoais e de trabalho - no associativismo, na cooperação, nas actividades laborais ou voluntárias, na fraternidade ou na solidariedade) pode-se dizer que as ADL têm ajudado a fortalecer o capital social, contribuindo para aumentar a participação cidadã, a aquisição de competências e o envolvimento de múltiplos actores locais no processo de desenvolvimento.

As recentes mudanças societárias evidenciam uma acentuada redução da vida associativa – não conhecemos os nossos vizinhos, reunimo-nos muito pouco com os nossos amigos e socializamos muito menos com as nossas famílias, como refere Putnam (2000), frisando que as muta-

ções económicas, sociais, culturais e tecnológicas tornaram obsoletos o nosso acervo de capital social ao nível familiar, pessoal e social. A fragmentação das relações familiares, de vizinhança ou de solidariedade, na sociedade contemporânea, tem sido também apontada por muitos autores (Bourdieu, 1983; Coleman, 1988; Putnam, 1993; Putnam, 2000, Parissaki and Humphreys, 2005) como sinal do desajustamento do capital social às reais necessidades da vida quotidiana. Hoje, o individualismo contemporâneo e o declínio da vida social, deixaram de ser apenas visíveis nas cidades e generalizam-se a todos os espaços, da vida urbana e rural. Estas mudanças - provocadas pelo processo de industrialização, urbanização, litoralização, imigração, entre outros - exigem o recrear de novas formas e dinâmicas de socialização e, nesse sentido, a valorização do capital social acumulado é uma forma de podermos confiar uns nos outros e estabelecermos laços associativos e redes de cidadania, ricas nas suas múltiplas possibilidades. A expectativa é que ressurgam uma cidadania activa que reforce o poder da sociedade civil e permita uma maior participação e envolvimento dos cidadãos na vida social e política (empowerment), uma das grandes possibilidades do capital social para o desenvolvimento das zonas rurais.

Porque o capital social é mais do que a soma das partes, pois é na partilha de capacidades, aptidões e recursos que se fortalece o capital social, quanto mais forte este for, melhor sucedidas serão as comunidades, as suas ligações e vínculos sociais. Torna-se, assim, pertinente incentivar e apoiar actividades em rede, em parceria e em cooperação, que contribuam para fortalecer o capital social porque, como referiu Eduardo Lourenço, povos e indivíduos só têm o passado à sua disposição e é com ele que imaginam o futuro.

Maria do Rosário Serafim

Rede Portuguesa LEADER+,
Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Os dois dias de conferência organizaram-se em dois blocos: um primeiro, com as seguintes apresentações, “Qualidade de vida na Europa: diferenças entre zonas urbanas e rurais”, “Iniciativas de capital social e criação de emprego nas zonas rurais” e “Iniciativas de capital social: a experiência do programa LEADER em Portugal” e o segundo bloco incidia, directamente, sobre experiências de terreno. Assim, entre participantes, membros e convidados/as da organização constituíram-se quatro grupos de trabalho paralelos que, partindo da apresentação de experiências concretas de iniciativas de capital social e criação de emprego em zonas rurais, tinham que identificar três recomendações políticas, baseadas, principalmente, nos estudos de casos apresentados. Cada grupo trabalhava com base em quatro temas: “Criar e apoiar parcerias público-privado para o emprego (entre Governo, parceiros sociais, ONG e empresas privadas)”; “Criar e apoiar redes de empresas que promovam o emprego nas zonas rurais”; “Atrair novas empresas para zonas rurais; empreendedorismo; revitalizar a economia rural; empresas de apoio” e “Envolver as ONG na criação de emprego: capital social em zonas rurais”. Refira-se que, entre os estudos de casos do 2º grupo de trabalho, encontrava-se o projecto LEADER+ da ADRAT (Associação de Desenvolvimento da Região do Alto), “Rede de tabernas do Alto Tâmega”.

A sessão do segundo dia contou com a participação da gestora do programa EQUAL, Ana Vale, e abriu com “As actuais políticas de desenvolvimento rural da UE e o programa Leader+”, seguido dos ensinamentos colhidos no 1.º dia sobre as experiências concretas relevantes para os decisores políticos, do debate em mesa redonda “Pôr o capital social a trabalhar”, para finalmente encerrar na presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Rui Nobre Gonçalves.

Um testemunho na primeira pessoa dos dias passados
(Dezembro de 2007) no Seridó, Estado do Rio Grande do Norte

Cooperar em Português, no Brasil



Escola, Santana do Seridó



Oficina de bordado, Santana do Seridó



ExpoBrasil, Natal



Unidade de despeculiarização da castanha de caju, Cerro Corá



Santuário da Senhora das Graças, Florânia

“Vindos de Natal, fomos recebidos em Parelhas pela primeira vez. No ônibus, o Secretário de Turismo de Acari Sérgio nos tinha feito uma resenha sobre a história da cidade e, quando chegados, a marca imponente da matriz de S. Sebastião impôs-se. Fomos recebidos com um cerimonial a que não estamos acostumados, mas sentimos-nos especiais ao percorrer a nave da imponente igreja, impecavelmente restaurada. Sensibilizou-me a antiga cruz de madeira e a imagem primitiva de S. Sebastião – o passado toca-me sempre de uma forma especial. Mesmo não sendo crente, até a bênção recebida na igreja me sensibilizou e me mostrou a grandeza da alma das gentes do Seridó.

Depois, subindo ao Boqueirão, a surpresa de uma paisagem adoçada pela água e o carinho da recepção. A forma como o Prefeito e os seus colaboradores nos mostraram a realidade do município, o trabalho em prol das populações, os sonhos. A alegria de ver ali presentes e a confraternizarem connosco elementos tão representativos da comunidade. E depois vieram os sabores, os primeiros que apreciámos nesta visita ao Seridó. Pena que o tempo tivesse sido tão pouco, apetecia ficar ali, comendo e bebendo, mas sobretudo conversando com tantas pessoas interessantes.

Recordo, depois, o Prefeito Iranildo nos conduzindo para Santana do Seridó e nos mostrando o que melhor nos podia mostrar. E começou pelas crianças, que bom foi conviver com elas e ver o carinho com que em Santana acompanham a educação e a formação das novas gerações. O projecto de recuperação das antigas brincadeiras apoiada pelos pais das crianças, a utilização de materiais recicláveis e a educação para o cuidado ambiental. A alegria de ver as crianças cantando, aprendendo com a música os valores da vida. Nada nos pode tocar mais do que o brilho nos olhos de uma criança. As duas escolas que nos mostraram, pela vida que evidenciavam, são garantia do futuro de Santana do Seridó. Que os jovens educados aí se sintam orgulhosos da sua terra e lutem por ela e por construir para ela um futuro risonho.

Em plena serra de Sant’Ana, no Seridó, seus concidadãos podem usufruir de infraestruturas modernas, como a piscina e o balneário que está em conclusão e que apetece utilizar. Ou a bela praça central. Ou os equipamentos sociais. A ideia com que ficámos é a de uma cidade organizada, limpa e a caminho de um futuro risonho.

Recordo a oficina de bordado, a preocupação em ver alargada a ocupação a um número maior de mulheres, para maior geração de renda em suas famílias. 75.000 reais não são tanto dinheiro assim e tenho esperança de que o Prefeito consiga concretizar esse sonho ainda este mandato.

O lanche que nos foi oferecido em Santana foi oportunidade de continuar a contemplação dos sabores do Seridó, que já tínhamos iniciado em Parelhas. Mas o que mais lembra foi a actuação do grupo cultural, com as indumentárias vistosas e as danças alegres. Saímos da terra com saudade e com vontade de regressar com tempo. Quem sabe, um dia, eu posso sentar ao lado dos professores e alunos de Santana do Seridó e lhes falar um pouco de Portugal, das crianças portuguesas, das nossas histórias... Teremos, estou certo, especial atenção aqui em Portugal para o pedido de livros para as bibliotecas das escolas.

Prefeito Joãozinho de Cerro Corá, espero que não tenha levado a mal quando, no jantar em Currais Novos, disse que você nos tinha tratado mal. O sentido da minha expressão apenas queria revelar que você nos tinha levado ao centro dos problemas do sertão, de resto, o tratamento que você e sua esposa nos dispensaram foram inexcusáveis. Desde o acolhimento em Natal – como soube bem logo no início da ExpoBrasil termos a sua companhia e a atenção de Teresinha, conhecer sua família e contactar com o CarNatal, oportunidade que nunca teríamos sem a sua amabilidade.

De resto, Cerro Corá foi para nós uma lição. Primeiro, aquela pequena unidade de despeculiarização da castanha de caju.

No fundo, um resíduo da exploração capitalista, de um mundo de economia globalizada que deixa pequenos restos aos mais desfavorecidos. A ocupação e a renda que proporciona esta pequena unidade não podem ser desprezadas, mas como dói verificar que a matéria-prima, aí produzida, deixa tanto lucro por todo o lado e apenas uns resíduos aos pobres habitantes de seu concelho.

Temos presentes os problemas que nos colocou sobre os assentamentos e a necessidade de investir na qualidade de vida das populações deslocadas. A formação do SEBRAE é um exemplo disso.

Vimos que a sua cidade é uma cidade plena de vida e com uma grande actividade comercial. Mesmo que passando rápido, deu para ficar com vontade de percorrer o bairro e descobrir o mercado de consumo e ficar a conhecer melhor a vossa forma de vida. A visita à pequena fábrica de jeans foi elucidativa. Uma unidade de produção e renda muito organizada, com gente empenhada à frente. Para nós, europeus, nos assusta um pouco a dependência de um único cliente, mesmo que o gerente nos tenha dito que tem outros em carteira. E apoiamos claramente a aspiração dele de criar uma marca própria para poder comercializar directamente os seus produtos. É sempre mais-valia, acrescentar o *design* e a marca aos têxteis produzidos. Felizmente, vocês parece não terem a concorrência dos chineses, que inundaram os mercados na Europa e acabaram em Portugal com as pequenas fabriquetas têxteis, gerando muito desemprego.

A visita ao assentamento de S. Francisco foi custosa mas valeu a pena. Primeiro porque vimos o esforço de trabalhar toda a fileira da castanha. Mesmo em pequena escala, o que vimos em S. Francisco é afinal aquilo que deveria existir na região – unidades que aproveitam a castanha e a embalam, colocando-a no mercado. E que saborosa que ela é. Acho que em Portugal haverá mercado para ela. O trabalho do presidente da associação de jovens de recuperar a fazenda para turismo não é fácil, mas as condições estão todas lá. A única coisa que falta é a estrada, não há visitante que resista a tanto solavanco. Quantas eleições mais serão precisas para o Governo avançar com a obra?

Depois, os sabores do sertão na bela refeição que nos foi servida e o conhecimento do belo trabalho de apoio à família que vimos em seu município. E, mais uma vez, o deslumbramento com o vosso actor e a poesia do sertão. Tão cheios ficámos que nem fizemos honra aos gostos da Tapiocaria que visitámos. Eu tentei, mas eram mais olhos que barriga...

As recordações de Florânia são muito vivas, fruto dos momentos emocionantes que nos quiseram proporcionar. Atrasados como sempre chegámos a Florânia para sermos recebidos por uma sequência de representações que nos mostraram as vossas gentes e as suas preocupações. Que inveja daqueles jovens da capoeira, com os corpos gingando ao sabor da música! E os escuteiros com a sua saudação sincopada. Já na Prefeitura, a surpresa de assistirmos a uma representação de jovens chamando a atenção para os problemas do meio ambiente. Um texto muito bem conseguido, que mostra como a arte pode ser veículo de cidadania.

A curta passagem pela oficina dos artesãos da madeira. Deu para perceber as potencialidades do produto e lembrei-me que talvez eles pudessem também trabalhar por encomenda, satisfazendo os gostos de quem pode pagar. E vocês que tão adiantados estão nas questões informáticas, porque não avançam com venda por Internet? Será que isso não podia ajudar os jovens que fazem as caixas?

A visita ao Santuário da Senhora das Graças. A surpresa da paisagem sobre Florânia. E a impressão forte do branco impecável das edificações. A história do santuário, a “buchinha” com sabores do Seridó. Não será de mais referir que essa visita ficou marcada pela representação que uma jovem (qual o nome dela?) fez para nós. De início espantou-me a facilidade de representação, a cadência perfeita da dicção. O dramatismo encarnado

naquele jovem corpo de 13 anos emocionou-me ao ponto de chorar. Não me lembro de uma actora me ter tocado tão forte. Aquela menina tem o génio de artista, nasceu para ser artista. Fiquei lembrando que em qualquer lugar se pode ser feliz e que ela merece crescer em harmonia e inteligência, e que o poderá certamente fazer em Florânia. Mas aquela menina tem o génio do mundo e seria, em qualquer lugar, uma GRANDE artista. Se eu vivesse pertinho não perderia uma única representação dela. Depois, Jucuri ficou nas nossas almas. Uma surpresa. O que poderia ter sido apenas mais uma visita a uma povoação, se transformou num momento marcante dos dias que passámos no Seridó. Por termos protagonizado o reencontro daquela comunidade com as suas raízes. Por termos passado por avós daquela gente. Por descobirmos que ali, em Florânia, mais uma coisa nos unia. Como eu fico a desejar uma maior aproximação desta comunidade, como eu gostaria de estar conversando com jovens e com idosos, contando histórias. Transmita-lhes a minha muita saudade e o desejo de regressar um dia, com tempo, para trocarmos receitas de tripas, para falarmos de antepassados velhinhos que se fizeram ao mar para encontrarem mulheres índias com as quais foram povoando suas terras.

Revejo Erivan Costa, Prefeito de Lagoa Nova, sentado no Chalé dos Cajueiros, nos recebendo logo no primeiro dia. A Pousada ficou como referência, porto de abrigo e de descanso nestes dias do Seridó. É um local gostoso, bem gerido pelo Gilberto e pela esposa, que honra o município. Um local que apetece utilizar numas férias, assim a vida nos permita isso. De resto, o Chalé dos Cajueiros fica marcado por aquela noite memorável em que Erivan teve a amabilidade de nos presentear com um espectáculo em que os meninos e os idosos nos deliciaram. E o forró estava tão gostoso que não fora a doença eu teria experimentado. Mesmo com o risco de pisar o pé de alguém! Mas o que mais me emocionou foi a forma como você se exprimiu no vídeo que mostrou e que nós trouxemos para Portugal. As suas palavras de amizade só me honram e fico feliz por ter amigos como você. De resto, passámos sua cidade sempre de corrida. Mas outras coisas tivemos oportunidade de ver. A Cooperativa de Verdureiros, um verdadeiro oásis em pleno sertão. Que belo projecto e quantas possibilidades de crescimento para ele. E a imagem do imenso mar de serras que se vislumbra de seu sítio. Que magnífico miradouro! Eu que sou um homem de montanha, senti-me deslumbrado pela imensidão daquela paisagem. Já a visita à mandiocaria nos transportou para a dura realidade da vida. O trabalho esforçado de tantos, em luta contra produtos mecanizados e concorrenciais no preço com que chegam ao mercado. Não sei por quanto tempo aguentará o empresário, mas temo que sem se mecanizar acabe por desistir.

Pena que Erivan não nos pudesse fazer companhia no sábado e no domingo. Foram momentos bem agradáveis de convívio. Mas você e sua esposa estarão sempre connosco, aí ou aqui, como amigos do coração.

Em Currais Novos fomos recebidos pelo Prefeito Zé Lins. Estar na cidade foi muito agradável. Já por lá tínhamos passado em curta visita ao Centro de Artesanato tão bem situado e tão bem concebido. Quem sabe a gente não pode corresponder ao convite de Ângela e passar a expor o nosso artesanato ali, quanto mais não seja para que se conheçam algumas das coisas que aqui fazemos.

Foi bom rever a imagem de Sant'Ana e a forma como a valorizaram ao colocá-la no salão da Prefeitura. A ideia era a de que a imagem fosse um símbolo das nossas relações e, ao revê-la em Currais Novos, tornou-se evidente que o conseguimos. E a perspectiva de ela vir a figurar num Pórtico de entrada na cidade e na região do Seridó só irá confirmar esse simbolismo. De resto, foi bom ver chover em Currais Novos, uma chuva bem forte, quando já viajávamos para Natal. Milagre de Sant'Ana? Dos portugueses? Que interessa, o importante será que a chuva vá caindo, de forma a deixar verde o sertão.

A visita ao Museu da Mina deixou o sabor a pouco. De qualquer forma foi bom ver ali retratado um valor local e a gesta de uma família que ao longo do século XX soube construir riqueza na

sua terra. E é bom saber que a exploração volta a reanimar, quem sabe o preço da matéria-prima sobe o suficiente para que muitos mais trabalhadores possam dedicar-se à mina. E, afinal, parece que outras riquezas existem no subsolo que podem justificar exploração rentável. Uma fábrica de cimentos com capitais portugueses? Quem sabe?

A Orquestra de Natal foi um momento agradável, sobretudo pela interligação que procurou com o público. Pessoalmente teria apreciado mais uma actuação sem amplificação, mas compreendo que, ao ar livre, numa grande praça, seria mais difícil ouvir os instrumentos.

O jantar que nos ofereceram foi um momento muito especial. A gente se esqueceu das horas, saboreando as entradas, uma boa bebida e, sobretudo, a amena cavaqueira. Foi uma oportunidade única de pôr em comum as nossas ideias sobre a continuidade das nossas relações e espero que possa ajudar na concretização do intercâmbio de jovens. A ideia dos prémios escolares me parece ótima e a gente pode preparar um programa aqui que se torne inesquecível para os jovens do Seridó.

Juarez, Prefeito de Acari, que saudades do vosso calor. De resto, a saudade do Seridó me acompanha. E de Acari. E do Juarez. Que bom foi poder estar consigo no jantar em Currais Novos e arrumar as ideias relativamente aos novos passos a dar em 2008 no nosso intercâmbio. Penso que juntámos um conjunto de ideias que podem e devem – e vão – ser concretizadas em breve. Mas a visita a seu município foi muito agradável. A subida ao monte para, lá de cima, contemplar a paisagem e a albufeira. O seu projecto de um miradouro com apoio de restaurante e bar parece-me muito adequado e com grande visão (afinal o projecto é um olho, não?). Vamos manter bem viva essa esperança de o ver concretizado.

Ter o açude das Gargalheiras é um privilégio para o município. Adoja a paisagem e permite imensas coisas a nível de turismo. Algumas já vão surgindo, mas não tenho dúvida que aquele local será sempre um pólo de desenvolvimento para Acari. Revi a surpresa de haver, à face da terra, linguça de camarão. E almôndegas de camarão! Que provei mais tarde, ao almoço. Fiquei fã!

Foi bom voltar ao Museu Histórico – já o visitara o ano anterior com especial atenção – e rever o vosso passado ali descrito nas peças expostas. E apreciar o casario da cidade, tão bem iluminada à noite.

A Fazenda Pitombeira foi uma surpresa a vários níveis. Em primeiro lugar o restauro e a decoração da própria fazenda. Em segundo lugar, o servir para demonstrar ao vivo a tradição do trabalho com o gado, em condições tão difíceis como são as do sertão. O espectáculo a que assistimos é um forte atractivo para qualquer um. Como disse ao Marco, na altura, estão ali todos os ingredientes para o sucesso de um empreendimento turístico. A fazenda e as instalações anexas podem proporcionar alojamento – já existe no sul um movimento das Fazendas do Brasil, com alojamento turístico. O espectáculo com o gado será sempre o atractivo principal, completado com uma boa refeição de produtos da região. Para finalizar um festival de forró. Com um pacote assim não se justifica abandonar Natal por um ou dois dias. Não será isso tão atractivo como um passeio de buggy nas dunas ou uma volta de camelo?

Para quem gosta como eu de uma boa refeição, o almoço na Pitombeira fica na memória. Pela linguça de camarão, pela almôndega de camarão, pela buchada, pelo sarrabulho, pelo sangue, por tantas e tão boas variedades de gostos. E pelo convívio, todos numa festa de amizade que o senhor, como anfitrião, tão bem sabe dinamizar.

Custou a sair da Pitombeira, custou a sair do Seridó.

Vocês têm amigos em Portugal, gente que vos quer bem e que quer caminhar convosco no futuro.”

Francisco Botelho, assessor e principal mentor do Projecto de Cooperação Transnacional ‘Cooperar em Portugues’



Comunidade local, Jucuri



Chalé dos Cajueiros, Lagoa Nova



Cooperativa de Verdureiros, Lagoa Nova



Museu da Mina, Currais Novos



Museu Histórico, Acari



Fazenda Pitombeira, Acari

Conferência LEADER+

Ensinamentos do LEADER

Nos dias 22 e 23 de Novembro do ano passado decorreu em Évora a Conferência do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, dedicado à temática: Ensinamentos do LEADER, uma diversidade de experiências territoriais.

A verdade é que foram dois dias e meio muito intensos de visitas, exposições e trabalhos em (mini-)plenários.

A verdade é que estiveram reunidos em Évora cerca de 400 participantes, de mais de 32 países, territórios e instituições.

A verdade é que a principal entidade organizadora, o Observatório Europeu LEADER+, em cooperação com o GAL Monte e a Rede Portuguesa LEADER+, decidiu lançar debates e reflexões, partindo da abordagem territorial e convidando 16 territórios europeus (entre eles o anfitrião Alentejo Central/GAL ACE Monte) a apresentarem a sua intervenção territorial “à lupa” LEADER.

A verdade é que oito peritos europeus e quatro internacionais, conhecedores dos princípios e métodos do desenvolvimento local, assumiram o papel de primeiro ouvir e questionar os “16 territórios”, para depois, na sessão plenária final, relatar, reflectir e traçar pistas para o futuro do movimento LEADER.

E também é verdade que por trás do LEADER estão pessoas, técnicas e técnicos, agentes do desenvolvimento que dão todos os dias “a cara e a camisola” pelo Programa. O Jornal Pessoas e Lugares escolheu mais ou menos aleatoriamente três delas para falar sobre o seminário, o LEADER nos seus territórios, um futuro sem LEADER e, já agora também, o LEADER e a comunicação.

Conversas de corredor, no rescaldo da última sessão plenária da Conferência Europeia Leader+



José J. Garcia Aragon

(Coordenador da Asociación para la Promoción y el Desarrollo Rural de la Alpujarra, Serra Nevada/Andaluzia, Espanha)

Que balanço faz deste seminário?

Resultados negativos não há nunca. Uma conferência de nível europeu é sempre positiva. Permite ver qual foi o caminho feito, sobretudo ao longo destes últimos anos (2000-2006). Para os grupos que trabalham com o LEADER há mais tempo e que experimentaram certas dificuldades e erros, o recentrar a reflexão também é importante. Apesar de só poder assistir a quatro das 16 apresentações nacionais foi bastante interessante. No que me diz respeito, serviu para recolher informação sobre propostas de novas estratégias e projectos em concreto para poder, eventualmente, aplicá-los no meu território.

Como vai ser o próximo LEADER na Andaluzia?

A Andaluzia é uma das regiões espanholas, onde se apostou mais no programa LEADER e na sua metodologia, ao ponto de introduzir alguns aspectos inovadores, que abrangeram todo o território andaluz. O próprio Governo Regional criou um modelo de trabalho que se destaca da intervenção nacional, em termos de cooperação, de controlo informático e de trabalho em rede. No âmbito da Nova Estratégia Rural da Andaluzia, a reflexão começou nos grupos locais, depois passou para todos os grupos de cada província e a seguir para todas as províncias juntas, resultando finalmente numa estratégia comum para todo o território andaluz. Como vê, o Governo Andaluz tem vindo a apostar muito no LEADER.

Na sua opinião existe um futuro para lá do LEADER?

Essa pergunta está na cabeça, directa ou indirectamente, de todos os participantes neste seminário, com destaque para os Grupos de Acção Local (GAL). O que vai acontecer aos GAL? O que vai acontecer no horizonte de 2013? No que diz respeito aos grupos da Andaluzia, ouvem-se comentários e opiniões confiantes na possibilidade do Governo Regional seguir com um programa para garantir a continuidade da intervenção desenvolvida no quadro dos quatro programas LEADER. A metodologia LEADER é muito interessante e não vai ser travada, nem vai acabar. Vai haver continuidade.

Enquanto coordenador de um GAL, considera que se comunica bem sobre o programa e os projectos?

Estamos tão imersos na nossa estratégia e acção que nos esquecemos de comunicar. Não informamos suficientemente nem o nosso território, nem a Província, nem a sociedade em geral. De facto, deveríamos ter consciência da importância de comunicar, periodicamente, sobre os projectos.



Antero LEHIKONEN

(Coordenador do GAL Joensuu Seudun, da Karélia do Norte, Finlândia)

Que balanço faz deste seminário?

É bom ouvir falar sobre as práticas, os territórios de outros grupos LEADER. Mas o nível da discussão está um bocadinho distante dos GAL, das populações e das intervenções locais. Estão-se a formular aqui políticas de nível superior. Há um excesso disso. Às vezes, é bom regressar às questões mais práticas.

Como vai ser o próximo LEADER na Finlândia?

Já começámos o novo período. Todos os GAL foram seleccionados. Existem 25 GAL na Finlândia que cobrem mesmo todo o território nacional. Embora ainda não haja transferências de verbas, e não possam ser tomadas decisões oficiais, nós já estamos a trabalhar.

Na sua opinião existe um futuro para lá do LEADER?

Existem hipóteses de futuro. Há condições para isso. Mas tudo depende dos GAL e das autoridades governamentais. Os GAL têm que continuar a ter a sua própria autonomia. Não devem mudar para integrar os sistemas de autoridade. Têm que manter a sua independência e ficar próximos do nível local. Existe um risco que os GAL se aproximem das autoridades e desapareçam. E nesse caso a filosofia LEADER desaparecerá também. Outro risco é que as autoridades absorvam os grupos LEADER, provocando uma perda de autonomia. A autonomia dos grupos tem que ficar em equilíbrio entre o nível local e as autoridades, mantendo-se até mais próxima do local do que das autoridades. Esse é o ponto crítico para o futuro. Mas se os GAL forem suficientemente inteligentes para salvaguardar a sua independência e proximidade do nível local, haverá, com certeza, um futuro.



É possível aproximar as autoridades nacionais das estratégias locais de intervenção?

Claro que é possível, mas necessita de tempo e muitas discussões. Não é propriamente fácil. Na Finlândia estamos numa situação complicada, porque há uma autoridade completamente nova, desde o Verão passado, que está a gerir o LEADER e os GAL a nível nacional. Eles não têm a experiência dos grupos.

Enquanto coordenador de um GAL, considera que comunica bem sobre o programa e os projectos?

Temos um técnico de comunicação que trabalha com cinco grupos de proximidade na Finlândia oriental. Produzimos várias publicações para todos os membros dos GAL, projectos e autoridades locais. Além disso, temos uma reunião mensal com as autoridades. Como estamos em conjunto no mesmo sistema de monitorização do programa de desenvolvimento rural temos que estar sempre a comunicar e dialogar com eles, para saber como vamos dividir o trabalho a esse nível. Também estamos sempre em diálogo com a população local e os outros GAL. Noutro plano, desenvolvemos um projecto de cooperação com um GAL português, a ADIBER. O projecto chama-se “Village Radio”. A ideia é que as populações locais participem na produção de programas para as rádios locais. É mais um meio para comunicar sobre o LEADER e os seus projectos. É um bom projecto. Tem sido fácil e agradável trabalhar com os parceiros portugueses.



Véronique Weyland-Ammeux

(à época Chefe de Equipa do Ponto de Contacto do Observatório LEADER+, Bruxelas)

Que balanço faz deste seminário?

Não sou eu que tenho que fazer esse balanço, mas pelo que tenho ouvido, foi realmente a primeira vez que se pedia a presença de um território (incluindo os beneficiários, os promotores de projectos, os cidadãos, etc.) e não só dos GAL. Esta visão global do território agradou bastante. O segundo ponto, é que pedimos o olhar de peritos fora da União Europeia: uma pessoa dos EUA, que trabalhou para a OCDE, um sul-africano, um brasileiro, e uma pessoa que conhece bem toda a região do Norte de África. Tratou-se de uma mais-valia importante, pois demonstrou que se estava num seminário LEADER, mas que a abordagem bottom-up e multi-integrada do desenvolvimento local era partilhada a outros níveis.

Que balanço faz dos anos LEADER+?

Penso que pode ser uma alternativa à globalização. Não digo que temos que ser contra a globalização. Mas nesse quadro económico, podemos contar com duas vias: há aqueles que vão ser competitivos q.b. para evoluir num ambiente económico altamente concorrencial, e há os outros

que vão ter que saber aproveitar as riquezas dos próprios territórios. Quando pensamos nos problemas futuros, como a falta de petróleo, por ex., a solução poderá passar por ter lado a lado estes dois modelos, ou seja valorizar o território sem deixar de ser competitivos a nível mundial. É perfeitamente complementar.

Na sua opinião existe um futuro para lá do LEADER?

Há dois pontos, ao “mainstreamizar” uma iniciativa, existe sempre o perigo de se afogar a iniciativa no mainstream, mas, simultaneamente, o eixo 4 da abordagem LEADER é um eixo transversal relativamente aos outros eixos das políticas de desenvolvimento rural, penso que a partir do momento em que os Estados-membros decidem dar dinheiro ao LEADER, como está a acontecer agora, antes pelo contrário este possui um potencial completamente renovado.

Mesmo no pós-2013?

Honestamente, não tenho a mínima ideia. Primeiro, não tenho as qualificações para lhe dar uma resposta. E depois, será que somos capazes de antecipar essa data? Somos pessoas do terreno, mesmo que trabalhem a nível europeu. O nosso conhecimento incide, especialmente, sobre o desenvolvimento do território. Este é um bem essencial que não é perecível, estejamos no ano 2010, 2013 ou 2020. É necessário manter uma força económica do território, no território.

Considera, de uma maneira geral, que se comunica suficientemente sobre o LEADER?

Há de facto um problema de carências de comunicação, mas que não acontece só com o LEADER. Estou convencida que a abordagem cidadã é uma abordagem comunicante. Portanto, está claro que no LEADER, mais do que em qualquer outro programa, como é uma abordagem de baixo para cima dever-se-ia desenvolver a comunicação. O LEADER não deve ser captado única e exclusivamente por aqueles que realizam o programa. Uma verdadeira disseminação e um conhecimento daquilo que é feito, são necessários. As pessoas que gerem o LEADER não devem, de certa forma, ter o monopólio daquilo que é o LEADER. Devem-se esforçar para que todos os habitantes do território saibam, pelo menos, o que está a acontecer no território. É verdade que isso talvez não aconteça em toda a Europa, porque os GAL têm meios limitados, muito trabalho e passam o tempo a correr atrás da própria sombra. É claro que se deveria comunicar mais.

Como estamos em Portugal, qual é a sua opinião sobre os GAL portugueses?

Têm a capacidade de assumir tarefas mais importantes pela maneira como são constituídos. São mini-agências de desenvolvimento. Isso é uma boa coisa. E voltando àquilo que já tinha dito, por exemplo na Finlândia, os GAL só trabalham com o LEADER. No quadro da nova política de desenvolvimento rural, os GAL finlandeses vão ter de encontrar uma solução para ter a capacidade técnica de enfrentar situações diversas. No que diz respeito a Portugal, já têm essa capacidade, resta ter cuidado em não se afastar demasiado do terreno. Quanto mais tecnicamente sólidos, mais existe a tendência de se afastar naturalmente do terreno, porque há que enfrentar a gestão de vários programas europeus.

Entrevistas e fotos de **Maria do Rosário Aranha**

Desenvolvimento Rural na América Latina

Da assistência técnica à cooperação horizontal descentralizada



Um grupo composto por mais de 60 pessoas procedentes de diversos países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Comunidade Andina), representando entidades da administração e da sociedade civil envolvidas em processos

de desenvolvimento rural territorial, reuniu-se em Sevilha entre 12 e 14 de Novembro para partilhar experiências e preparar processos de cooperação entre estes territórios e os Grupos de Acção Local (GAL) com experiência na implementação das iniciativas LEADER em Espanha, mas não só.

Este *workshop* acontece no âmbito do programa EXPIDER II (Experiências Inovadoras de Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina), financiado pela Agência Espanhola para a Cooperação. O programa EXPIDER começou em Novembro de 2003, quando o Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) aprovou um projecto de cooperação técnica regional destinado a promover o desenvolvimento de territórios rurais mediante o compromisso entre as instituições públicas e privadas numa abordagem territorial, ou seja, a integração, concertação e cooperação entre os actores e organizações da sociedade para um desenvolvimento inclusivo que procura soluções integradas para os territórios. Desde Março de 2004 até Outubro de 2005 desenvolveu-se um intenso trabalho em três zonas rurais de Honduras, Equador e Bolívia, que culminou com a publicação das lições aprendidas, as boas práticas de desenvolvimento territorial e a evolução da intervenção.

Seguiu-se uma nova etapa – EXPIDER II – na qual, para além de se dar continuidade aos trabalhos realizados nestes territórios, se integram três novos

países no projecto, que são Costa Rica, Venezuela e Chile. No caso destes últimos países, o objectivo do projecto é favorecer a criação de organizações público-privadas que promovam o desenvolvimento endógeno e inclusivo dos territórios de intervenção e apoiar a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Territorial. Assim, o projecto aposta em sensibilizar e capacitar os agentes locais, as entidades privadas e as instituições públicas e os seus programas para a importância destas parcerias público-privadas.

No *workshop* realizado em Sevilha, as delegações representantes dos diferentes países puderam partilhar experiências, apresentar e debater as propostas e soluções encontradas em cada um dos territórios com representantes da administração e dos GAL espanhóis e com diversas organizações convidadas.

A MINHA TERRA - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local respondeu afirmativamente ao convite que recebeu do Ministério da Agricultura e Alimentação de Espanha e da Rede Espanhola de Desenvolvimento Rural para participar no encontro. Numa comunicação apresentada no painel “Experiências de Cooperação com a América Latina”, a MINHA TERRA apresentou uma breve panorâmica da cooperação das Associações de Desenvolvimento Local portuguesas, no quadro do Programa LEADER, com a América Latina e África, apresentado alguns exemplos em curso.

O momento actual conjuga dois factores importantes para o sucesso destas iniciativas de cooperação: por um lado o reconhecimento por parte dos organismos financiadores e das agências internacionais do valor acrescentado da abordagem territorial, integrada e participativa, em termos de custos/benefícios e de sustentabilidade por oposição às tradicionais missões de assistência técnica. Por outro lado, com a incorporação nas políticas públicas dos princípios da abordagem LEADER, a cooperação para o desenvolvimento, numa perspectiva de aprendizagem mútua, representa um novo desafio para os Grupos de Acção Local Europeus e as Associações de Desenvolvimento Local portuguesas em particular.

Luís Chaves
MINHA TERRA

Parcerias locais solidárias entre produtores e consumidores

Entre os dias 27 e 30 de Janeiro, decorreu em Aubagne (França), o 3º colóquio internacional das “parcerias locais solidárias entre produtores e consumidores” que congregou mais de 200 participantes. Organizado pela rede URGENCI (Rede urbano – rural : gerar novos compromissos entre cidadãos), este encontro tinha como principais objectivos: a troca de experiências entre diversas formas de parcerias locais e solidárias entre produtores e consumidores em acção a nível mundial, nomeadamente em França, Estados Unidos da América, Quebec e Japão, assim como outras iniciativas em busca de novas formas de solidariedade; o balanço das actividades realizadas desde o colóquio de Palmela (2006), relativamente aos cinco programas de actividades, definidos nessa altura; a promoção de um diálogo político com instituições públicas tanto a nível local, regional, nacional, europeu e mundial, nas áreas-chave de intervenção das parcerias locais solidárias; a Assembleia-Geral da Rede URGENCI, criada, oficialmente, em Junho de 2006; e, finalmente, a escolha de um nome universal designativo das parcerias locais e solidárias, para facilitar o reconhecimento e a visibilidade deste movimento cidadão.

Como já começa a ser habitual, o primeiro dia foi dedicado às visitas de terreno para conhecer acções-piloto, colocadas a debate nos dias seguintes, e explorações agrícolas em AMAP (Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne) na Região Provence Alpes-Côtes-d'Azur. Quanto ao colóquio em si, dividiu-se em três momentos: o primeiro para testemunhos, nomeadamente do Japão, Malásia, EUA, Canada, Reino Unido, Suíça, França, Portugal, Brasil, Argentina, Togo, Roménia, Rússia, Bélgica, Ilha da Reunião,

etc., e balanço de actividades; o segundo dia para perspectivas e plano de actividades futura, e o último para as conclusões, diálogo político e decisões a tomar em assembleia geral. Este dia foi aberto aos interlocutores políticos e institucionais convidados a assistir às conclusões e a reflectir sobre eventuais propostas de políticas de apoio.

A delegação portuguesa contou com a participação do Chefe de Projecto LEADER+, Rui Batista, de uma consumidora, Idália José, e de um produtor, José Gomes, do projecto RE.CI.PRO.CO.

Refira-se que em véspera de arranque do encontro, dia 26 de Janeiro, dia mundial do Fórum Social Mundial, a organização convocou uma conferência de imprensa para contextualizar a acção e o surgimento desta rede internacional.

Deste colóquio saíram oito grupos de trabalho internacionais que vão animar temas de destaque a nível mundial, nomeadamente: a disseminação do conceito, o desenvolvimento da biodiversidade das plantas cultivadas, o acesso à terra, a formação de jovens agricultores, a integração de pessoas desfavorecidas no grupo dos consumidores, a parceria entre a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) e a rede URGENCI, a aplicação do conceito a outros sectores económicos e o alargamento do consumo responsável nas suas diversas dimensões.

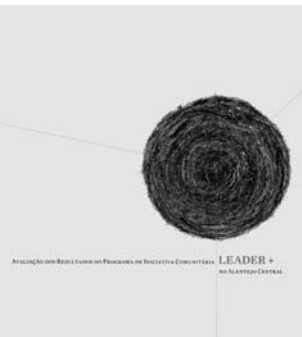
Finalmente no âmbito da Assembleia-Geral da rede foi eleito um comité de oito pessoas, em representação de sete países e quatro continentes.

Maria do Rosário Aranha



Vez e Voz
Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, N.º 1, II Série, Ano XV, Dezembro 2007

Com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) Este primeiro número da revista Vez e Voz tem como tema “Afirmar o Terceiro Sector – Promover a Inovação”. A publicação temática, semestral, que a Animar criou, substituindo o boletim Vez e Voz, “com a intenção de dar a este meio de ligação da Rede Animar um carácter de reflexão mais profunda e científica sobre os inúmeros aspectos que influenciam o Desenvolvimento Local”. O n.º I da revista Vez e Voz acompanha a reflexão reunindo um conjunto de artigos sobre a questão da “Inovação e Qualidade no Terceiro Sector” (de enorme importância não só para o movimento do Desenvolvimento Local mas também para todos os outros intervenientes nos processos de desenvolvimento) e artigos que colocam em discussão, por um lado, constatações, por outro, desafios, bem como algumas pistas para o futuro do Terceiro Sector. O objectivo é – lê-se no Editorial – “que esta revista marque a ‘Vez e Voz’ dos que a não têm, daqueles para quem os processos de Desenvolvimento Local são mais importantes, ou seja, as comunidades para, com e nas quais trabalhamos na expectativa de criar futuros”.



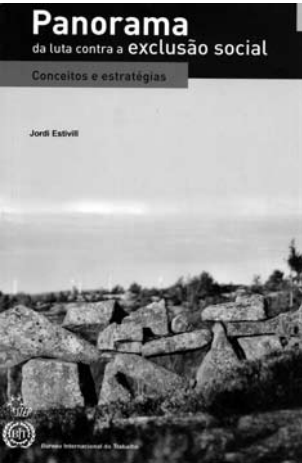
Avaliação dos Resultados do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ no Alentejo Central
Monte - Desenvolvimento Alentejo Central A.C.E., 2007

Com o apoio do LEADER+ Com o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ na recta final, o Monte – entidade local gestora do Programa nos concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa – editou a “Avaliação dos Resultados do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+ no Alentejo Central”. A publicação, elaborada pela equipa técnica do Monte, tem por objectivo fundamental divulgar os resultados da avaliação feita à execução do LEADER+ na Zona de Intervenção do Monte, tendo como referencial os dados relativos à avaliação intercalar ao Programa. Numa primeira parte, apresentam-se os objectivos e a metodologia de avaliação seguida, utilizando os dados relativos à execução do LEADER+ até ao final de 2006, quando ainda se estava numa fase de aprovação de projectos. Seguidamente, apresenta-se o Grupo de Acção Local (GAL) do Monte, a sua representatividade local e os objectivos definidos para a estratégia de desenvolvimento local do LEADER+ e dão-se a conhecer os resultados da dinâmica de execução e de avaliação. No final, as considerações fornecem dados importantes sobre as características locais da região do Alentejo central e evidenciam a importância da metodologia LEADER na animação do desenvolvimento dos territórios rurais.



Uma selecção das melhores práticas do LEADER+ Observatório Europeu dos Territórios Rurais, 2007/1

Para aumentar a visibilidade do trabalho efectuado no LEADER+, o Observatório LEADER+ decidiu complementar as informações prestadas nesta base de dados com a edição de uma publicação específica intitulada “Uma selecção das melhores práticas do LEADER+”. Partindo de uma análise SWOT (pontos fortes/pontos fracos/obstáculos/ameaças) nos Estados-membros, sobre a situação das boas práticas, e tendo como principais parceiros neste exercício as unidades das redes nacionais, o Contact Point LEADER+ recolheu alguns exemplos a fim de obter um “resultado justo”, adoptando uma abordagem que respeitasse a diversidade temática, o tipo de projecto e o equilíbrio geográfico, para além dos critérios relativos ao conteúdo associados à abordagem LEADER. Entre as 21 melhores práticas seleccionadas, a partir das 56 boas práticas identificadas em 2006, encontra-se o projecto “Companhia de teatro no espaço rural”, apoiado pelo LEADER+ através da Adriminho - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho. Surgindo da necessidade de promover mais intervenções culturais, identificada pelos municípios locais (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira), foi criada uma rede cultural do Vale do Minho (Rede Intermunicipal do Vale do Minho) e uma associação (Associação Comédias do Minho) que se candidatou aos fundos LEADER+ para levar até junto das populações locais uma série de actividades de formação teatral, sensibilizando-as para a cultura – o “valor acrescentado LEADER+” do projecto.



Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias.
Jordi Estivill, Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2003

No âmbito do Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP)/Portugal da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A exclusão social e a pobreza pela sua crescente dimensão à escala global devem assumir um lugar de destaque nas políticas nacionais, europeias e internacionais. Para combater o fenómeno é deve ser delimitado, estudado e dissecado. Quem melhor do que um perito em exclusão social e à época coordenador do programa STEP/Portugal, como o Jordi Estivill poderia levar a cabo essa tarefa. Esta publicação propõe-se concretamente: decifrar o conceito de exclusão social, apresentar formas de identificação deste fenómeno, dar uma visão pormenorizada do conjunto dos actores e das suas acções e, finalmente, procede-se a uma diferenciação das estratégias reprodutoras, paliativas, preventivas e emancipadoras que pretendem combater a exclusão social como também são indicados alguns princípios orientadores. Para não se ficar só pela análise e reflexão, esta publicação ilustra o conteúdo com uma grande variedade de exemplos e experiências e uma vasta bibliografia. E para alargar o debate a outros quadrante, um grupo de peritos internacionais que trabalharam para o STEP também foram convidados a deixar aqui as suas reflexões sobre a exclusão social e a pobreza.

www.istoincluime.org



Site do projecto Isto Inclui-me – da Participação à Inclusão, criado por iniciativa dos membros do Secretariado Executivo do Fórum Não Governamental de Acção para a Inclusão (FNGIS). O FNGIS surgiu na sequência de um apelo da Coordenação do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) a um conjunto de organizações não governamentais para que estas se organizassem numa plataforma de interlocução ao nível do PNAI para concretizar o 4º Objectivo Comum do Processo Europeu de Inclusão Social – “Mobilizar o Conjunto dos Intervenientes”. Objectivos do projecto: a promoção da descentralização da informação; contribuir para o debate alargado, descentralizado e inclusivo dos destinatários das políticas; sensibilizar para as tendências de evolução dos fenómenos de Pobreza e Exclusão Social; divulgar o papel das organizações do 3º sector na operacionalização de medidas de combate à Pobreza e Exclusão inscritas na Estratégia de Inclusão Social; envolver os media numa campanha pública. No site encontra informação do projecto e do FNGIS, um espaço de Perguntas e Respostas, e um Glossário. Em “Quer saber mais?” disponibiliza-se informação e pode inscrever-se para receber alertas noticiosos, enquanto “Isto inclui-o/a!” partilha formas de colaboração neste movimento.

www.cidadessustentaveis.info



“Ferramentas virtuais para cidades reais. Três portais com informação útil para a emergência de cidades mais sustentáveis.” O Cidades Sustentáveis é um espaço que congrega três diferentes portais que visam a promoção de práticas com vista à sustentabilidade: Zero Resíduos Portugal, Fórum de Urbanismo – Pensar o futuro

nas cidades, e Portugal – Agenda 21 Local. A entidade promotora e gestora deste projecto é a Escola Superior de Biotecnologia, da Universidade Católica Portuguesa. Sob a designação de Cidades Sustentáveis encontramos temas em Destaque acerca de empresas sustentáveis e responsabilidade social, além de informação acerca da entidade promotora e gestora, apoios, marketing e comunicação do projecto, e financiamento. A página principal abre-se em ligações para os três portais, onde pode aceder a informação mais detalhada sobre cada uma das áreas. Além dos Destaques, é possível encontrar informação sobre Áreas Temáticas, Recursos Disponíveis, Planeamento e Ordenamento, Documentação, Ensino e Investigação, Instituições e Consultadoria, Escolas, etc. Além de Notícias e Agenda de Eventos.

www.objectivo2015.org



Objectivo 2015 é um site em campanha pelos Objectivos do Milénio. A Campanha Objectivo 2015 quer inspirar todos os cidadãos e organizações que acreditam que o Governo Português deve conceder mais e melhor ajuda pública para o desenvolvimento (APD). Em 2006, Portugal investiu 0,21 % do

seu Rendimento Nacional Bruto em APD. Assumiu o compromisso de investir 0,7% até 2015. Faltam sete anos para o Governo respeitar o compromisso. Na homepage no menu da esquerda sucedem-se os submenus: A Campanha (Objectivo 2015, Declaração do Milénio); Objectivos do Milénio (pobreza extrema, ensino primário, igualdade de género, mortalidade infantil, saúde materna, doenças graves, ambiente e parceria global); Fazer mais (inactivo por enquanto); Recursos (documentos, fotos, vídeos, banners, boletim mensal); Iniciativas locais; Parceiros (FLAD, DHL, Hill&Knowlton, etc, apordoc, Postalfree). No centro da página, uma fotografia do interior de uma carruagem de metro com a legenda: Próxima estação: 2015, ou seja, é já amanhã e diz respeito a todas/os nós, cidadãs/ãos. À direita, apresenta-se outro menu, onde cada um dos oito objectivos é uma chave para uma introdução ao tema, o ponto de situação actual, o que falta fazer e um dossier. Na parte inferior estão os habituais “em destaque” e “notícias” (com menu rolante). O site é bastante “gráfico”, graças, provavelmente, à presença da etic nesta parceria.

Mel Serra da Lousã DOP

É um mel de cor âmbar ou âmbar escuro, quase negro, e alta viscosidade, com um paladar intenso e alguma adstringência. É produzido pela abelha *Apis mellifera* (sp. *iberica*), na Serra da Lousã, a partir da flora espontânea local, onde predomina a urze (*Erica* spp.).



De Julho a Outubro, a Serra da Lousã veste-se de rosa... As flores da urze rebentam por todo o lado, em cachos sensivelmente unilaterais, para gáudio das abelhas que delas extraem o precioso néctar na origem do mel da Serra da Lousã. Um mel de cor acentuadamente escura, sabor intenso, alta viscosidade e alguma adstringência, devido ao néctar das urzes, com maior ou menor presença de castanheiro. Características ímpares, relacionadas com o meio, nomeadamente com a flora, que aliadas à antiguidade e importância do produto na região justificam a atribuição da Denominação de Origem Protegida (DOP) ao mel da Serra da Lousã. Um produto com uma longa história, atestada pelas inúmeras referências existentes na toponímia local (Colmeal, Cortiços, Vale de Cortiços, Vale de Abelhas, Vale de Colmeias), que a certificação veio indicar “o caminho certo”. De acordo com dados da Lousâmel - Cooperativa Agrícola dos Apicultores da Lousã e Concelhos Limítrofes, em 2005, em nove anos de DOP, assistiu-se a um aumento de 200 por cento de colmeias e 600 por cento na quantidade de mel produzido. “Valores que nos levam a crer que estamos no caminho da evolução e prosperidade na produção de um produto endógeno de qualidade amplamente consagrada”. Embora a quantidade de mel produzido esteja bastante dependente das condições de clima e flora decorrentes em cada ano, não sendo sempre directamente proporcional ao número de colmeias, o presidente da Direcção da Lousâmel, António Carvalho, estima que “a Serra da Lousã deve estar a produzir anualmente mais de 200 toneladas de mel, correspondente a cerca de 20 mil colmeias. Mel obtido de colmeias localizadas na área geográfica de produção da DOP (concelhos de Arganil, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, e Vila Nova de Poiares), embora nem todo certificado. “Com DOP só 40 toneladas”, adianta o responsável da cooperativa, também ele apicultor, envolvido desde a primeira hora no processo de reconhecimento da Denominação de Origem do mel da Serra da Lousã. “Infelizmente, nem todos os apicultores querem a DOP”, esclarece, referindo que apenas 108 dos 263 apicultores

associados da Lousâmel produzem mel da Serra da Lousã certificado. Obrigando ao cumprimento de regras no que diz respeito às condições de produção, extracção, maturação, embalagem, rotulagem e conservação, a DOP veio consagrar o mel da Serra da Lousã. Disso não tem quaisquer dúvidas António Carvalho, alegando o sucesso do Mel Serra da Lousã DOP.

Novos desafios do Mel da Serra da Lousã

Em 2006, a Lousâmel - que apenas compra e vende mel certificado - comercializou cerca de 10 toneladas de mel certificado, tendo as restantes 30 toneladas sido escoadas directamente pelos apicultores, sobretudo em feiras. A curto prazo, a cooperativa espera poder oferecer as garantias aos apicultores para o escoamento de toda a sua produção. Resultado de um longo trabalho desenvolvido pela Lousâmel desde a sua fundação, em 1988, e que começa a dar os primeiros frutos. Surgindo “da necessidade da existência de uma entidade que ajudasse os apicultores a resolver os seus problemas”, a Lousâmel funciona actualmente na plenitude dos seus desígnios de servir os cooperantes, da comercialização de Mel Serra da Lousã DOP à assistência técnica. “Será sempre nosso propósito desenvolver não só um conjunto de acções integradas que passem por uma assistência técnica aos apicultores da área de influência da Lousâmel, mas também a divulgação da apicultura para o mundo exterior”. Neste sentido, “de realçar ainda mais esta actividade tão nobre”, a Lousâmel vem vindo a actuar quer junto dos apicultores, elucidando-os acerca das vantagens, regras e custos da DOP, quer dos mais jovens, através de acções nas escolas, dando a conhecer o mundo fascinante das abelhas e do mel, quer ainda dos consumidores, através de feiras, mostras e outros eventos. “Cada vez é mais notório o interesse dos consumidores pelos produtos com menção DOP, logo há que tirar partido dessa situação e promovê-los dando a conhecer os seus processos de origem, as suas características e vantagens”.



Maria do Rosário Aranha

Para António Carvalho produzir e vender um mel com selo DOP é um orgulho. A DOP não só oferece ao consumidor uma garantia da qualidade do produto, como também permite ao produtor comunicar com objectividade as características do produto e o modo como foi obtido, abrindo o acesso a um mercado mais adequado. Levar os apicultores da Lousã e concelhos limítrofes à tomada de consciência da importância da certificação, nomeadamente na vertente da comercialização, tem sido um dos principais objectivos da Lousâmel, entidade responsável pela gestão da DOP Mel Serra da Lousã. Na prossecução de tais objectivos, o Programa de Iniciativa Comunitária LEADER II, através da entidade gestora local, a associação Dueceira, apoiou a Lousâmel na aquisição dos equipamentos de embalagem do mel (frascos de vidro de 250 gr, 0,5 kg e 1 kg) e na realização do primeiro estudo do sector a nível local, o Inventário Apícola. A aquisição de equipamentos mais modernos e com maior capacidade produtiva, e a ampliação das instalações da cooperativa foram, no entanto, já identificados como aspectos fulcrais para o futuro da Lousâmel. Assim como a dinamização da Confraria do Mel da Serra da Lousã DOP, a primeira do género no país, que se encontra estagnada face à incapacidade de execução técnico-financeira da entidade. Um desafio que um grupo de pessoas aceitaram levar para a frente, porque “julgamos que a sua filosofia é forte suficiente para atingirmos os muitos objectivos que nos movem, todos eles com o supremo desígnio de promover e enaltecer o Mel da Serra da Lousã DOP”. Um mel com características únicas... “As cores da terra, o aroma das urzes, o sabor das encostas e vales da nossa serra. Já senti?”.

Paula Matos dos Santos

Lousâmel
Cooperativa Agrícola dos Apicultores da Lousã e Concelhos Limítrofes
Zona Industrial dos Matinhos
3200-100 Lousã
Tel./Fax 239 995 249
Email: lousamel@lousamel.com
www.lousamel.com

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 48 - 2008

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE

Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º

1700-213 Lisboa

Tel.: 21 843 58 70 / Fax: 21 843 58 71

E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Gestor do

Programa LEADER+, Francisco

Botelho/INDE, Luís Chaves/Minha Terra,

Maria do Rosário Serafim/DGADR, Rui

Veríssimo Batista/DGADR

Redacção

Francisco Botelho, João Limão, Maria do

Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

Ana Souto (Dueceira), Cristina Cavaco

(INDE), Dueceira, Edmundo Martinho

(ISS), Jaime Carlos Marta Soares

(Dueceira), Luís Chaves (Minha Terra),

Maria do Rosário Serafim (DGADR)

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha

(INDE)

Impressão

Diário do Minho

Rua de Santa Margarida, n.º 4

4710-306 Braga

Impresso em Março de 2008

Distribuição

DGADR - Direcção-Geral de

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Rede Portuguesa LEADER+

Tapada da Ajuda - Edifício I

1349-018 Lisboa

Telf.: 21 361 32 57 / Fax: 21 361 32 77

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

